SÃO JORGE D'OESTE

000004

Memorando 269/2026

Responder apenas via 1Doc

Vânia S. DAGR

Para
LIC

CC

2 setores envolvidos
DAGR LIC
27/01/2026 12:20

Licitação equipamentos agrícolas

Bom dia, segue solicitação para licitação do convênio 983854/2025, que visa aquisição dos implementos que estão em anexo com os devidos orçamentos.

Atenciosamente.

--
Vânia Paula Siega
Médica Veterinária

Quem já visualizou? Ninguém

CLODOALDO BLANK
AGENTE DE LICITAÇÕES
DEC. Nº 4296/2024
27/01/26

000005

skymail
SOLUÇÕES EM NUVEM

Convênio 983854/2025 – Apto a licitar

De Convênios Federais <conveniosfederais01@desenvolver.net>
Para <gabinete@pmsjorge.pr.gov.br>, <agricultura@pmsjorge.pr.gov.br>, <administracao@pmsjorge.pr.gov.br>
Data 25/02/2026 10:36

ARADO SUBSOLADOR-PÉ DE PATO.pdf(~692 KB)
DISTRIBUIDOR DE CALCAREO-ADUBO ORGANICO.pdf(~685 KB)
PLANTADEIRAS E COLHEDORA DE FORRAGENS.pdf(~491 KB)
1.22 TERMO DE REFERÊNCIA.pdf(~2,1 MB) Termo_de_Convenio_983854.pdf(~170 KB)

Prezados(as),

Refiro-me ao Instrumento na modalidade Convênio n° 983854/2025 o qual foi assinado em 08/12/2025 e publicado em 11/11/2025, formalizado entre o Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA e o Município de São Jorge d'oeste, que tem como Objeto: Aquisição de máquina e equipamento: u01 arado subsolador, 01 distribuidor de calcário, 01 colhedora de forragem,01 adubadeira verão, 01 adubadeira inverno. valor total de **R$ 459.218,00**, sendo: **R$ 448.850,00** de Repasse e **R$ 10.368,00** de Contrapartida.
Tendo em vista a assinatura do convênio , alterando a situação para **Em Execução** na Plataforma Transferegov, este município está **APTO A LICITAR.**
Lembramos ainda que já foi emitido **Nota de Empenho** sob n° 2025NE001173 em favor do município de Roncador, referente ao valor do repasse.

O objeto da proposta segue abaixo:
1 - Arado subsolador pé de pato novo, com 07 garras fixas, com ponteira em ferro, hastes com espessura de no mínimo 30 MM
2 - Distribuidor de calcario e adubo orgânico sólidos, capacidade mínima 5 toneladas, transmissão através de cardam, com 4 pneus.
3 - Colhedora de forragem, largura máxima de 0,92m, com no mínimo 4 rolos internos e 2 rolos recolhedor , no mínimo 16 faca.
4- Semeadeira adubadeira de arrasto para cultura de inverno, mínimo 7 linhas
5 - Semeadeira adubadeira de arrasto para cultura de inverno, mínimo 17 linhas

Por se tratar de convênio enquadrado no Nível VI, a liberação se dará em parcela única, sendo condicionante para o repasse do recurso:
1 - Realização do processo licitatório, seu lançamento na Plataforma Transferegov e o ACEITE do processo licitatório;
2 - Depósito da contrapartida na conta bancária específica do convênio, conforme cronograma de desembolso coincidente com a respectiva parcela.

Em anexo encaminhamos:
1 - Termo de Convênio;
2 - Termo de referência;
3 - Plano de sustentabilidade;
4 - Orçamentos/cotações.

Tendo em vista a data das cotações é recomendado que o município atualize antes da realização do processo licitatório.

Após a licitação realizada, favor nos encaminhar a documentação do processo.

Memorando 269/2026

000006

Responder apenas via 1Doc

Vânia S. DAGR

Para
LIC

CC

2 setores envolvidos
DAGR LIC
27/01/2026 12:20

Licitação equipamentos agrícolas

Bom dia, segue solicitação para licitação do convênio 983854/2025, que visa aquisição dos implementos que estão em anexo com os devidos orçamentos.

Atenciosamente.

–
Vânia Paula Siega
Médica Veterinária

Licitacao_de_equipamentos_agricolas.pdf (2,31 MB) 3 downloads

Quem já visualizou? 2 ou mais pessoas

000007

fechar X

Loading Image...

Usuário:SIMONE FRANCESCHINA

CPF:055.875.529-90

09/12/2025 08:21 gov.br.1.0.0-b3369909- Sair do Sistema

Cadastramento
Programas
Propostas
Execução
Inf. Gerenciais
Cadastros
Acomp. e Fiscalização
Prestação de Contas
Administração
TCE
Verificação de Regularidade

Página Principal

PrincipalDados Proposta/Pré-Instrumento/Instrumento

Dados Proposta/Pré-Instrumento/Instrumento

22000 - Ministério da Agricultura e Pecuária
Instrumento 983854

Dados da Proposta
Plano de Trabalho
Requisitos
Projeto Básico/Termo de Referência
Execução Concedente
Execução Convenente
Dados
Programas
Participantes

Modalidade	Convênio	**Situação no SIAFI**	Enviado para o SIAFI - 2025NS006167
Subtipo do Instrumento	Não possui subtipo		
Situação de Contratação Atual	Cláusula Suspensiva		Detalhar Cláusula Suspensiva/Liminar Judicial
Situação	Em execução		
	Empenhado sim	**Publicação**	Publicado
Código do Instrumento	983854	**Número da Proposta**	060354/2025
Número Interno do Órgão	060354/2025		
Número do Processo	21000.069680/2025-12		

Lista de Documentos Digitalizados

Nenhum registro foi encontrado.

Proponente CNPJ 76.995.380/0001-03 - MUNICIPIO DE SAO JORGE D'OESTE Detalhar

Executores

Nenhum registro foi encontrado.

Fundamento Legal Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 28/2024, de 21 de maio de 2024 e Alterações

Órgão 22000 - Ministério da Agricultura e Pecuária

Justificativa

Caracterização dos interesses recíprocos O município de São Jorge D'Oeste, no Sudoeste do Paraná, possui 379,545 km², 9.085 habitantes e IDH 0,722. Sua economia baseia-se na agropecuária. Como o programa visa fomentar o setor agropecuário e apoiar pequenos e médios produtores, o objeto de aquisição de máquinas e equipamentos está alinhado às diretrizes do concedente e às necessidades do proponente.

Público alvo Serão atendidas direta e indiretamente cerca de 100 famílias de produtores rurais das comunidades de São Jorge D'Oeste/PR. A iniciativa beneficiará agricultores de pequeno

000008

	e médio porte, impactando positivamente a produção, a produtividade e a renda local. Além disso, o apoio contribuirá para o fortalecimento das atividades agropecuárias, a melhoria das condições de trabalho no campo e o desenvolvimento socioeconômico das comunidades envolvidas.
Problema a ser resolvido	Há falta de equipamentos para dar suporte à produção agropecuária, reduzindo a eficiência das atividades rurais. Somam-se a isso as dificuldades no escoamento da produção devido às más condições das estradas, além dos altos custos de cultivo e manutenção, que comprometem a sustentabilidade das propriedades. Esse conjunto de fatores desestimula os produtores e intensifica o êxodo rural.
Resultados esperados	A iniciativa promoverá aumento da produtividade agrícola, com operações mais eficientes e maior aproveitamento das áreas cultivadas. Também melhorará a trafegabilidade das estradas rurais, facilitando o transporte da produção e o acesso das famílias. Isso refletirá diretamente na qualidade de vida dos produtores, fortalecendo a competitividade dos produtos locais, estimulando a economia do município e reduzindo o êxodo rural ao gerar melhores condições de trabalho e renda no campo.
Relação entre a proposta e os objetivos e diretrizes do programa	Considerando que o programa tem por finalidade o desenvolvimento e o fomento do setor agropecuário, a proposta de aquisição de equipamentos para suporte à produção agrícola visa fortalecer as atividades dos pequenos produtores por meio da melhoria da trafegabilidade, do escoamento da produção e do apoio direto às operações rurais. Ao promover maior eficiência e aumento de renda no campo, evidencia-se a relação direta entre os objetivos do programa e a proposta apresentada.
Categorias	Equipamentos
Objeto do Instrumento	Aquisição de Máquinas e Equipamentos
Capacidade Técnica e Gerencial	Sim.

Arquivos Anexos - Capacidade Técnica e Gerencial

Nome Arquivo	Data Upload	
Declaração_de_Capacidade_Técnica_-[1]. 24-10.pdf	24/10/2025	Baixar

OBTV

Opera por OBTV	Sim	**Permite OBTV do tipo "OBTV para o Convenente"**	Não

Dados Bancários

Banco	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		
Agência	0931-8	**Conta**	5730644597
Situação	Conta Pendente de Regularização	**Data da Última Modificação**	*08/12/2025 00:00:00*
Descrição	O Transferegov recebeu o número da conta-corrente do instrumento. Para regularizar esta conta, o Convenente deve se dirigir à instituição bancária para entregar os documentos necessários, conforme orientação da própria instituição.		

Datas

Data da Proposta	31/10/2025
Data Assinatura	05/12/2025
Instrumento publicado no DOU em	09/12/2025
Data Inicio de Vigência	05/12/2025
Data Término de Vigência Atual	05/08/2028
Data Limite p/ Prestação de Contas	04/10/2028

Valores

R$ 459.218,00 Valor Global
R$ 448.850,00 Valor de Repasse
R$ 10.368,00 Valor da Contrapartida
R$ 10.368,00 Valor Contrapartida Financeira
R$ 0,00 Valor Contrapartida Bens e Serviços
R$ 0,00 Valor de Rendimentos de Aplicação

Anexos de comprovação da contrapartida

Nome	
DECLARAÇÃO DE CONTRAPARTIDA.pdf	Baixar Contrapartida

Cronograma orçamentário do valor do repasse

Ano	Valor (R$)
2025	R$ 448.850,00

DECLARAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO – CMDR, OU ÓRGÃO MUNICIPAL CORRESPONDENTE

O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural /PR, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Lei nº 10 , de 28/02/2005 alterada pelo Decreto nº 4640 de 2025 , DECLARA que, em reunião ocorrida no dia 10/11/2025, aprovou a Programação destinada a transferência voluntária de recursos, na modalidade de Transferências Discricionárias e Legais, no âmbito do Ministério da Agricultura e Pecuária, que visa a aquisição de (descrever o objeto, finalidade/benefício e público alvo), mediante recursos classificados como investimento, consignados no Orçamento Geral da União – Ano 2025.

São Jorge D'oeste, 19 de novembro de 2025.

Pedro Calixto do Rosario
Assinatura Presidente

Município de
SÃO JORGE D'OESTE
Estado do Paraná
www.pmsjorge.pr.gov.br / CNPJ 76.995.380/0001-03

DECLARAÇÃO DE CONTRAPARTIDA FINANCEIRA

Declaro, em conformidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente nº 15.080 de 30 de dezembro de 2024, que o Município de São Jorge D'oeste /PR dispõe de recursos financeiros no valor de R$ 10.368,00 (dez mil trezentos e sessenta e oito reais) para participação a título de contrapartida para proposta cadastrada na Plataforma Transferegov.br sob nº 060354/2025, a qual objetiva a aquisição de aquisição de equipamentos e máquinas agrícola.

Os recursos estão disponíveis na Lei Orçamentária Anual Municipal nº 1.155/2024, de 27 de novembro de 2024, conforme rubrica orçamentária abaixo especificada, e cópia anexa:

Órgão: 09 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Unidade: 001 – Departamento de Agricultura
Função: 20 - Agricultura
Subfunção: 606 – Extensão Rural
Programa: 0016 – Agricultura e Meio Ambiente
Atividade: 2-038 – Aquisição de máquinas, equipamentos e veículos para o departamento de agricultura
Natureza da despesa: 4.4.90.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente.

Na hipótese de eventual necessidade de aporte adicional de recursos, o proponente se compromete pela sua integralização, durante a vigência do Convênio. Esclareço que neste caso, conforme a legislação determina, será formalizada a proposta de alteração do Convênio junto ao Órgão Concedente, devidamente justificada e dentro do prazo máximo estabelecido pelo Termo de Convênio.

São Jorge D'oeste, 24 de outubro de 2025.

GELSON COELHO DO ROSARIO:06473321918

Assinado de forma digital por GELSON COELHO DO ROSARIO:06473321918
Dados: 2025.10.30 16:21:14 -03'00'

Gelson Coelho do Rosario
Prefeito Municipal

PLANO DE SUSTENTABILIDADE

Portaria Conjunta nº 33/2023 – Art 10, Inciso XXVI

1. **PROPONENTE:** Prefeitura Municipal de São Jorge d'oeste/PR

2. **PROPOSTA:** 060354/2025

3. **VIGÊNCIA DO CONVÊNIO:** 24 meses apartir da formalização.

4. **OBJETO** *Aquisição de Maquina e equipamento.*

5. DESCRIÇÃO DOS BENS E SUA UTILIZAÇÃO

5.1. - Uma semeadeira adubadeira inverno 17 linhas, Uma plantadeira de verão 7 linhas, uma colhedeira de forragem, um Arado subsolador, um Distribuidor de sólidos.

6. PLANO RACIONAL DE USO DO BEM

6.1. Setor responsável pelo gerenciamento dos bens:
(X) Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
( ) Outros .

6.2. Estrutura do Setor responsável pelo gerenciamento dos bens:
Nº de engenheiros, agrônomos e/ ou veterinários: 01 Engenheiro Agrônomo, 01 Engenheiro Ambiental, 02 Médica Veterinária, 02 Técnicos Agrícolas.
Nº de operadores: 01 Operadores de Máquinas
Nº de mecânicos: 01 mecânicos

6.3. Forma de cadastro dos beneficiários da proposta:
( ) Registro em site oficial da prefeitura
( ) Por agenda física
(X) Outros : Solicitações realizadas pelas associações de produtores rurais junto ao Departamento Municipal de Agricultura.

6.4. Critérios de disponibilização dos bens aos beneficiários:
( ) em função de um cronograma de plantio pré-definido;
(X) por ordem de solicitação;
( ) em atendimento a plano de conservação de estradas vicinais;
( ) outros

6.5. Logística de transporte e deslocamento dos bens
(X) por caminhão / prancha;
( ) força motriz própria;
( ) Outros Observações:

7. OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO BEM

7.1. Previsão de recursos para as manutenções preventiva e corretiva dos bens: Órgão: 09 – Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, Unidade: 01 – Departamento de Agricultura, Função: 20 – Agricultura, Subfunção: 606 – Extensão Rural, Projeto atividade: 20.606.0016.2038 – Aquisição de Máquinas, Equipamentos e veículos para o setor rodoviário, 4.4.90.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente.

7.2. Capacidade de realizar manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos
(X) presença de oficina na garagem municipal com mecânicos capacitados;
( ) convênio com oficina existente no município / estado. Qual?
( ) Outras observações: .

7.3. Declara que obedecerá ao manual de garantia oferecido pelo fabricante:
(X) sim ( ) não

8. IDENTIFICAÇÃO DO PÚBLICO BENEFICIADO e DADOS AGROPECUÁRIOS:

Região/Assentamentos comunidades	Nº de Beneficiários Diretos (famílias)	Produção agropecuária atual
1. Linha lagos do iguaçú	20	a. Milho: 560 T/ano b. Soja: 1540 T/ano c. Feijão: 95 T/ano d. Leite: 350 mil L/ano
2. Linha Veronese	15	a. Milho: 460 T/ano b. Soja: 1250 T/ano c. Feijão: 75 T/ano d. Leite: 450 mil L/ano
3. Linha Linha Gaucha	20	a. Milho: 475 T/ano b. Soja: 1540 T/ano c. Feijão: 65 T/ano d. Leite: 285 mil L/ano
4. Linha Santa Barbara	15	a. Milho: 585 T/ano b. Soja: 1750 T/ano c. Feijão: 85 T/ano d. Leite: 380 mil L/ano

9. RESULTADOS ESPERADOS:

Melhoria da qualidade da produção, aumento da produtividade, melhoria da rentabilidade e melhoria na qualidade de vida das famílias.

10. CAPACIDADE INSTALADA DA PREFEITURA MUNICIPAL

10.1. Local para guarda do bem:
( ) galpão municipal;
(X) garagem municipal;
( ) Outros .
10.2. Presença, na prefeitura municipal de equipamentos, implementos e máquinas que poderão complementar/otimizar a utilização do bem a ser adquirido e que poderão serão utilizados para a consecução do objetivo do plano de trabalho:

1. – 01 Tratores;
2. – 01 Distribuidor de Calcário;
3. – 05 Carretas agrícolas;
4. – 03 Grades aradoras;
5. – 02 Pantadeiras;
6. – 03 colhedora de forragens;

11. PUBLICIDADE

11.1. Forma de Publicidade de disponibilização do bem para o público beneficiário:
(X) através de site da prefeitura municipal;
(X) divulgação nos assentamentos, sindicatos e associações;
( ) outros .

11.2. Forma de Controle Social de Uso:
(X) Encaminhamento de relatórios anuais de uso dos bens ao CMDR;
(X) Encaminhamento de relatórios anuais de uso dos bens à associações e sindicatos;
( ) Encaminhamento de relatórios anuais de uso dos bens à Câmara de Vereadores;
( ) Outros

12 – DA IDENTIFICAÇÃO DO BEM

Declaro, o comprometimento dessa Prefeitura em confeccionar e manter durante a vida útil dos equipamentos adquiridos através da proposta cadastrada na Plataforma TransfereGov sob nº 060354/2025, a placa indicativa da origem e destinação dos recursos, em que conste o número do convênio e o órgão gestor dos recursos.

13 - FICHAS DE CONTROLE DE USO DO BEM

Declaro que conhecemos a necessidade de manter fichas de controle de uso dos equipamentos, contendo data, local, serviço, identificação, nº de telefone e assinatura dos beneficiários, com objetivo de assegurar o alcance social da utilização dos bens, bem como apresentar durante a fiscalização pelos órgãos de controle do gestor de programa.

Declaro, ainda, o comprometimento na implantação do Plano de Sustentabilidade ora apresentado para fins de utilização dos bens adquiridos por meio do Programa de Fomento ao Setor Agropecuário com recursos do MAPA.

São Jorge D'oeste, 19 de novembro de 2025.

Gelson Coelho do Rosario
Prefeito Municipal

Nº / ANO DA PROPOSTA:
060354/2025

OBJETO:
aquisição de equipamentos e máquinas agrícola

CARACTERIZAÇÃO DOS INTERESSES RECÍPROCOS:
O município de São Jorge D'Oeste está localizado no Sudoeste do Estado do Paraná. Com população de 9.378 habitantes (IBGE 2022). Sua principal fonte de divisas é a agropecuária. Considerando que o programa objetiva apoiar o Desenvolvimento e Fomento do Setor Agropecuário, entre os objetivos está o apoio ao pequeno e médio produtor agropecuário mediante a aquisição de máquina agrícola, e o objeto desta proposta é a aquisição de máquina agrícola, havendo intereçe recíproco entre as partes.

RELAÇÃO ENTRE A PROPOSTA E OS OBJETIVOS E DIRETRIZES DO PROGRAMA:
A presente proposta está em conformidade com o estabelecido no Programa de Agropecuária Sustentável do Ministério da Agricultura e Pecuária, tem compatibilidade do objeto proposto pelo proponente com a relação com o proposto na ação 20ZV - Fomento ao Setor Agropecuário.

PÚBLICO ALVO:
Diretamente 100 famílias de produtores Rurais de comunidades rurais de São Jorge D'Oeste/PR.

PROBLEMA A SER RESOLVIDO:
Falta de equipamento para suporte na produção agrpecuária; Baixa produtividade do solo; Altos custos de produção.

RESULTADOS ESPERADOS:
Melhoria da produtividade; melhoria na qualidade de vida das famílias; melhor competitividade dos produtos agrícolas locais fortalecendo a economia municipal.

1 - DADOS DO CONCEDENTE

CONCEDENTE:	NOME DO ÓRGÃO/ÓRGÃO SUBORDINADO OU UG:
22000	Ministério da Agricultura e Pecuária

CPF DO RESPONSÁVEL:	NOME DO RESPONSÁVEL:
629.183.119-87	CARLOS HENRIQUE BAQUETA FAVARO

ENDEREÇO DO RESPONSÁVEL:	CEP DO RESPONSÁVEL:
RUA ALMIRANTE HENRIQUE GUEDES N.160 APTO 141- BAIRRO DUQUE DE	78043-306

2 - DADOS DO PROPONENTE

000016

PROPONENTE: 76.995.380/0001-03					
RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE: MUNICIPIO DE SAO JORGE D'OESTE					
ENDEREÇO JURÍDICO DO PROPONENTE: AVENIDA IGUACU, 281, PREDIO					
CIDADE: SÃO JORGE D'OESTE	**UF:** PR	**CÓDIGO MUNICÍPIO:** 7881	**CEP:** 85575000	**E.A.:** Administração Pública Municipal	**DDD/TELEFONE:** 4635348050
BANCO: 104 - CAIXA ECONOMICA	**AGÊNCIA:** 0931-8	**CONTA CORRENTE:**			
CPF DO RESPONSÁVEL: 064.733.219-18	**NOME DO RESPONSÁVEL:** GELSON COELHO DO ROSARIO				
ENDEREÇO DO RESPONSÁVEL: OUTROS LINHA SAO GERALDO, SN, CASA - ZONA RURAL					**CEP DO RESPONSÁVEL:** 85575000

4 - DADOS DO EXECUTOR/VALORES

000017

VALOR GLOBAL:	R$ 459.218.00	
VALOR DA CONTRAPARTIDA:	R$ 10.368,00	
VALOR DOS REPASSES:	Ano	Valor
	2025	R$ 448.850,00
VALOR DA CONTRAPARTIDA FINANCEIRA:	R$ 10.368,00	
VALOR DA CONTRAPARTIDA EM BENS E SERVIÇOS:	R$ 0,00	
VALOR DE RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO:	R$ 0,00	
INÍCIO DE VIGÊNCIA:	01/11/2025	
FIM DE VIGÊNCIA:	01/11/2027	
VIGÊNCIA DO INSTRUMENTO:	2027	

6 - PLANO DE TRABALHO

Meta nº: 1

Especificação: Aquisição de Máquinas e Equipamentos			
Unidade de Medida: UN	**Quantidade:** 1.0	**Valor:**	R$ 459.218,00
Início Previsto: 01/11/2025	**Término Previsto:** 01/11/2027	**Valor Global:**	R$ 459.218,00
UF: PR	**Município:** 7881 - SÃO JORGE D'OESTE		**CEP:**
Endereço: Avenida iguaçu 281			
Etapa/Fase nº: 1			
Especificação: Aquisição de Máquinas e Equipamentos			
Quantidade: 1.0 UN	**Valor:** R$ 459.218,00	**Início Previsto:** 01/11/2025	**Término Previsto:** 01/11/2025

7 - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Ministério da Agricultura e Pecuária

MÊS DESEMBOLSO: Dezembro		**ANO:** 2025
META Nº: 1	VALOR DA META:	R$ 448.850,00
DESCRIÇÃO: Aquisição de Máquinas e Equipamentos		
VALOR DO REPASSE:	R$ 448.850,00	**PARCELA Nº:** 1

8 - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

MUNICIPIO DE SAO JORGE D'OESTE

MÊS DESEMBOLSO: Dezembro		**ANO:** 2025
META Nº: 1	VALOR DA META:	R$ 10.368,00
DESCRIÇÃO: Aquisição de Máquinas e Equipamentos		
VALOR DO REPASSE:	R$ 10.368,00	**PARCELA Nº:** 1

9 - PLANO DE APLICAÇÃO DETALHADO

DESCRIÇÃO DO BEM/SERVIÇO: Distribuidor de solidos 5000 Kgs				
NATUREZA DA AQUISIÇÃO: Recursos do Instrumento			**NATUREZA DA DESPESA:** 449052	
ENDEREÇO DE LOCALIZAÇÃO: Av. Iguaçu, 281 - São Jorge d'Oeste, PR,				
CEP: 85575-000	**UF:** PR	**MUNICÍPIO:** 7881 - SÃO JORGE D'OESTE		
UNIDADE: UN	**QUANTIDADE:** 1,00	**V. UNITÁRIO:** R$ 59.747,00	**V.TOTAL:**	R$ 59.747,00
OBSERVAÇÃO:				
DESCRIÇÃO DO BEM/SERVIÇO: Arado subsolador pè de Pato				
NATUREZA DA AQUISIÇÃO: Recursos do Instrumento			**NATUREZA DA DESPESA:** 449052	
ENDEREÇO DE LOCALIZAÇÃO: Av. Iguaçu, 281 - São Jorge d'Oeste, PR,				
CEP: 85575-000	**UF:** PR	**MUNICÍPIO:** 7881 - SÃO JORGE D'OESTE		
UNIDADE: UN	**QUANTIDADE:** 1,00	**V. UNITÁRIO:** R$ 8.043,33	**V.TOTAL:**	R$ 8.043,33
OBSERVAÇÃO:				
DESCRIÇÃO DO BEM/SERVIÇO: colhedeira de forragem				
NATUREZA DA AQUISIÇÃO: Recursos do Instrumento			**NATUREZA DA DESPESA:** 449052	
ENDEREÇO DE LOCALIZAÇÃO: Av. Iguaçu, 281 - São Jorge d'Oeste, PR,				
CEP: 85575-000	**UF:** PR	**MUNICÍPIO:** 7881 - SÃO JORGE D'OESTE		
UNIDADE: UN	**QUANTIDADE:** 1,00	**V. UNITÁRIO:** R$ 64.677,67	**V.TOTAL:**	R$ 64.677,67
OBSERVAÇÃO:				
DESCRIÇÃO DO BEM/SERVIÇO: Uma plantadeira de verão 7 linhas Uma plantadeira inverno 17 linhas Uma ensiladeira linha total				
NATUREZA DA AQUISIÇÃO: Recursos do Instrumento			**NATUREZA DA DESPESA:** 449052	
ENDEREÇO DE LOCALIZAÇÃO: Av. Iguaçu, 281				
CEP: 85575-000	**UF:** PR	**MUNICÍPIO:** 7881 - SÃO JORGE D'OESTE		
UNIDADE: UN	**QUANTIDADE:** 1,00	**V. UNITÁRIO:** R$ 152.822,50	**V.TOTAL:**	R$ 152.822,50
OBSERVAÇÃO:				
DESCRIÇÃO DO BEM/SERVIÇO: Uma semeadeira adubadeira inverno 17 linhas				
NATUREZA DA AQUISIÇÃO: Recursos do Instrumento			**NATUREZA DA DESPESA:** 449052	
ENDEREÇO DE LOCALIZAÇÃO: Av. Iguaçu, 281 - São Jorge d'Oeste, PR,				
CEP: 85575-000	**UF:** PR	**MUNICÍPIO:** 7881 - SÃO JORGE D'OESTE		
UNIDADE: UN	**QUANTIDADE:** 1,00	**V. UNITÁRIO:** R$ 173.927,50	**V.TOTAL:**	R$ 173.927,50
OBSERVAÇÃO:				

10 - PLANO DE APLICAÇÃO CONSOLIDADO

NATUREZA DA DESPESA				
Código	**Total**	**Recursos**	**Contrapartida Bens e Serviços**	**Rendimento de Aplicação**
449052	R$ 459.218,00	R$ 459.218,00	R$ 0,00	R$ 0,00
TOTAL GERAL:	**R$ 459.218,00**			

000020

fechar X

Loading Image...

Usuário:SIMONE FRANCESCHINA

CPF:055.875.539-90

09/12/2025 08:23:37.1.0.0-b3369909- Sair do Sistema

Cadastramento
Programas
Propostas
Execução
Inf. Gerenciais
Cadastros
Acomp. e Fiscalização
Prestação de Contas
Administração
TCE
Verificação de Regularidade

Página Principal

PrincipalDados Proposta/Pré-Instrumento/Instrumento

Dados Proposta/Pré-Instrumento/Instrumento

22000 - Ministério da Agricultura e Pecuária
Instrumento 983854

Dados da Proposta
Plano de Trabalho
Requisitos
Projeto Básico/Termo de Referência
Execução Concedente
Execução Convenente
Dados
Programas
Participantes

Modalidade	Convênio	**Situação no SIAFI**	Enviado para o SIAFI - 2025NS006167
Subtipo do Instrumento	Não possui subtipo		
Situação de Contratação Atual	Cláusula Suspensiva		Detalhar Cláusula Suspensiva/Liminar Judicial
Situação	Em execução		
	Empenhado sim	**Publicação**	Publicado
Código do Instrumento	983854	**Número da Proposta**	060354/2025
Número Interno do Órgão	060354/2025		
Número do Processo	21000.069680/2025-12		

Lista de Documentos Digitalizados

Nenhum registro foi encontrado.

Proponente CNPJ 76.995.380/0001-03 - MUNICIPIO DE SAO JORGE D'OESTE Detalhar

Executores

Nenhum registro foi encontrado.

Fundamento Legal Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 28/2024, de 21 de maio de 2024 e Alterações

Órgão 22000 - Ministério da Agricultura e Pecuária

Justificativa

Caracterização dos interesses recíprocos O município de São Jorge D'Oeste, no Sudoeste do Paraná, possui 379,545 km², 9.085 habitantes e IDH 0,722. Sua economia baseia-se na agropecuária. Como o programa visa fomentar o setor agropecuário e apoiar pequenos e médios produtores, o objeto de aquisição de máquinas e equipamentos está alinhado às diretrizes do concedente e às necessidades do proponente.

Público alvo Serão atendidas direta e indiretamente cerca de 100 famílias de produtores rurais das comunidades de São Jorge D'Oeste/PR. A iniciativa beneficiará agricultores de pequeno

	e médio porte, impactando positivamente a produção, a produtividade e a renda local. Além disso, o apoio contribuirá para o fortalecimento das atividades agropecuárias, a melhoria das condições de trabalho no campo e o desenvolvimento socioeconômico das comunidades envolvidas.
Problema a ser resolvido	Há falta de equipamentos para dar suporte à produção agropecuária, reduzindo a eficiência das atividades rurais. Somam-se a isso as dificuldades no escoamento da produção devido às más condições das estradas, além dos altos custos de cultivo e manutenção, que comprometem a sustentabilidade das propriedades. Esse conjunto de fatores desestimula os produtores e intensifica o êxodo rural.
Resultados esperados	A iniciativa promoverá aumento da produtividade agrícola, com operações mais eficientes e maior aproveitamento das áreas cultivadas. Também melhorará a trafegabilidade das estradas rurais, facilitando o transporte da produção e o acesso das famílias. Isso refletirá diretamente na qualidade de vida dos produtores, fortalecendo a competitividade dos produtos locais, estimulando a economia do município e reduzindo o êxodo rural ao gerar melhores condições de trabalho e renda no campo.
Relação entre a proposta e os objetivos e diretrizes do programa	Considerando que o programa tem por finalidade o desenvolvimento e o fomento do setor agropecuário, a proposta de aquisição de equipamentos para suporte à produção agrícola visa fortalecer as atividades dos pequenos produtores por meio da melhoria da trafegabilidade, do escoamento da produção e do apoio direto às operações rurais. Ao promover maior eficiência e aumento de renda no campo, evidencia-se a relação direta entre os objetivos do programa e a proposta apresentada.
Categorias	Equipamentos
Objeto do Instrumento	Aquisição de Máquinas e Equipamentos
Capacidade Técnica e Gerencial	Sim.

Arquivos Anexos - Capacidade Técnica e Gerencial

Nome Arquivo	Data Upload	
Declaração_de_Capacidade_Técnica_-[1]. 24-10.pdf	24/10/2025	Baixar

OBTV

Opera por OBTV	Sim	**Permite OBTV do tipo "OBTV para o Convenente"**	Não

Dados Bancários

Banco	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		
Agência	0931-8	**Conta**	5730644597
Situação	Conta Pendente de Regularização	**Data da Última Modificação**	*08/12/2025 00:00:00*
Descrição	O Transferegov recebeu o número da conta-corrente do instrumento. Para regularizar esta conta, o Convenente deve se dirigir à instituição bancária para entregar os documentos necessários, conforme orientação da própria instituição.		

Datas

Data da Proposta	31/10/2025
Data Assinatura	05/12/2025
Instrumento publicado no DOU em	09/12/2025
Data Início de Vigência	05/12/2025
Data Término de Vigência Atual	05/08/2028
Data Limite p/ Prestação de Contas	04/10/2028

Valores

R$ 459.218,00 Valor Global
R$ 448.850,00 Valor de Repasse
R$ 10.368,00 Valor da Contrapartida
R$ 10.368,00 Valor Contrapartida Financeira
R$ 0,00 Valor Contrapartida Bens e Serviços
R$ 0,00 Valor de Rendimentos de Aplicação

Anexos de comprovação da contrapartida

Nome	
DECLARAÇÃO DE CONTRAPARTIDA.pdf	Baixar Contrapartida

Cronograma orçamentário do valor do repasse

Ano	Valor (R$)
2025	R$ 448.850,00

DECLARAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO – CMDR, OU ÓRGÃO MUNICIPAL CORRESPONDENTE

O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural /PR, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Lei nº 10 , de 28/02/2005 alterada pelo Decreto nº 4640 de 2025 , DECLARA que, em reunião ocorrida no dia 10/11/2025, aprovou a Programação destinada a transferência voluntária de recursos, na modalidade de Transferências Discricionárias e Legais, no âmbito do Ministério da Agricultura e Pecuária, que visa a aquisição de (descrever o objeto, finalidade/benefício e público alvo), mediante recursos classificados como investimento, consignados no Orçamento Geral da União – Ano 2025.

São Jorge D'oeste, 19 de novembro de 2025.

Pedro Calixto do Rosario

Assinatura Presidente

Município de
SÃO JORGE D'OESTE
Estado do Paraná www.pmsjorge.pr.gov.br / CNPJ 76.995.380/0001-03

DECLARAÇÃO DE CONTRAPARTIDA FINANCEIRA

Declaro, em conformidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente nº 15.080 de 30 de dezembro de 2024, que o Município de São Jorge D'oeste /PR dispõe de recursos financeiros no valor de R$ 10.368,00 (dez mil trezentos e sessenta e oito reais) para participação a título de contrapartida para proposta cadastrada na Plataforma Transferegov.br sob nº 060354/2025, a qual objetiva a aquisição de aquisição de equipamentos e máquinas agrícola.

Os recursos estão disponíveis na Lei Orçamentária Anual Municipal nº 1.155/2024, de 27 de novembro de 2024, conforme rubrica orçamentária abaixo especificada, e cópia anexa:

Órgão: 09 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Unidade: 001 – Departamento de Agricultura
Função: 20 - Agricultura
Subfunção: 606 – Extensão Rural
Programa: 0016 – Agricultura e Meio Ambiente
Atividade: 2-038 – Aquisição de máquinas, equipamentos e veículos para o departamento de agricultura
Natureza da despesa: 4.4.90.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente.

Na hipótese de eventual necessidade de aporte adicional de recursos, o proponente se compromete pela sua integralização, durante a vigência do Convênio. Esclareço que neste caso, conforme a legislação determina, será formalizada a proposta de alteração do Convênio junto ao Órgão Concedente, devidamente justificada e dentro do prazo máximo estabelecido pelo Termo de Convênio.

São Jorge D'oeste, 24 de outubro de 2025.

GELSON COELHO DO ROSARIO:06473321918

Assinado de forma digital por GELSON COELHO DO ROSARIO:06473321918
Dados: 2025.10.30 16:21:14 -03'00'

Gelson Coelho do Rosario
Prefeito Municipal

Município de
SÃO JORGE D'OESTE
Estado do Paraná
www.pmsjorge.pr.gov.br / CNPJ 76.995.380/0001-03

PLANO DE SUSTENTABILIDADE

Portaria Conjunta nº 33/2023 – Art 10, Inciso XXVI

1. **PROPONENTE:** Prefeitura Municipal de São Jorge d'oeste/PR

2. **PROPOSTA:** 060354/2025

3. **VIGÊNCIA DO CONVÊNIO:** 24 meses apartir da formalização.

4. **OBJETO** *Aquisição de Maquina e equipamento.*

5. **DESCRIÇÃO DOS BENS E SUA UTILIZAÇÃO**

5.1. - Uma semeadeira adubadeira inverno 17 linhas, Uma plantadeira de verão 7 linhas, uma colhedeira de forragem, um Arado subsolador, um Distribuidor de sólidos.

6. **PLANO RACIONAL DE USO DO BEM**

6.1. Setor responsável pelo gerenciamento dos bens:
(X) Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
( ) Outros .

6.2. Estrutura do Setor responsável pelo gerenciamento dos bens:
Nº de engenheiros, agrônomos e/ ou veterinários: 01 Engenheiro Agrônomo, 01 Engenheiro Ambiental, 02 Médica Veterinária, 02 Técnicos Agrícolas.
Nº de operadores: 01 Operadores de Máquinas
Nº de mecânicos: 01 mecânicos

6.3. Forma de cadastro dos beneficiários da proposta:
( ) Registro em site oficial da prefeitura
( ) Por agenda física
(X) Outros : Solicitações realizadas pelas associações de produtores rurais junto ao Departamento Municipal de Agricultura.

6.4. Critérios de disponibilização dos bens aos beneficiários:
( ) em função de um cronograma de plantio pré-definido;
(X) por ordem de solicitação;
( ) em atendimento a plano de conservação de estradas vicinais;
( ) outros

6.5. Logística de transporte e deslocamento dos bens
(X) por caminhão / prancha;
( ) força motriz própria;
( ) Outros Observações:

7. OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO BEM

7.1. Previsão de recursos para as manutenções preventiva e corretiva dos bens: Órgão: 09 – Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, Unidade: 01 – Departamento de Agricultura, Função: 20 – Agricultura, Subfunção: 606 – Extensão Rural, Projeto atividade: 20.606.0016.2038 – Aquisição de Máquinas, Equipamentos e veículos para o setor rodoviário, 4.4.90.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente.

7.2. Capacidade de realizar manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos
(X) presença de oficina na garagem municipal com mecânicos capacitados;
( ) convênio com oficina existente no município / estado. Qual?
( ) Outras observações: .

7.3. Declara que obedecerá ao manual de garantia oferecido pelo fabricante:
(X) sim ( ) não

8. IDENTIFICAÇÃO DO PÚBLICO BENEFICIADO e DADOS AGROPECUÁRIOS:

Região/Assentamentos comunidades	Nº de Beneficiários Diretos (famílias)	Produção agropecuária atual
1. Linha lagos do iguaçú	20	a. Milho: 560 T/ano b. Soja: 1540 T/ano c. Feijão: 95 T/ano d. Leite: 350 mil L/ano
2. Linha Veronese	15	a. Milho: 460 T/ano b. Soja: 1250 T/ano c. Feijão: 75 T/ano d. Leite: 450 mil L/ano
3. Linha Linha Gaucha	20	a. Milho: 475 T/ano b. Soja: 1540 T/ano c. Feijão: 65 T/ano d. Leite: 285 mil L/ano
4. Linha Santa Barbara	15	a. Milho: 585 T/ano b. Soja: 1750 T/ano c. Feijão: 85 T/ano d. Leite: 380 mil L/ano

9. RESULTADOS ESPERADOS:

Melhoria da qualidade da produção, aumento da produtividade, melhoria da rentabilidade e melhoria na qualidade de vida das famílias.

10. CAPACIDADE INSTALADA DA PREFEITURA MUNICIPAL

10.1. Local para guarda do bem:
( ) galpão municipal;
(X) garagem municipal;
( ) Outros .
10.2. Presença, na prefeitura municipal de equipamentos, implementos e máquinas que poderão complementar/otimizar a utilização do bem a ser adquirido e que poderão serão utilizados para a consecução do objetivo do plano de trabalho:

1. – 01 Tratores;
2. – 01 Distribuidor de Calcário;
3. – 05 Carretas agrícolas;
4. – 03 Grades aradoras;
5. – 02 Pantadeiras;
6. – 03 colhedora de forragens;

11. PUBLICIDADE

11.1. Forma de Publicidade de disponibilização do bem para o público beneficiário:
(X) através de site da prefeitura municipal;
(X) divulgação nos assentamentos, sindicatos e associações;
( ) outros .

11.2. Forma de Controle Social de Uso:
(X) Encaminhamento de relatórios anuais de uso dos bens ao CMDR;
(X) Encaminhamento de relatórios anuais de uso dos bens à associações e sindicatos;
( ) Encaminhamento de relatórios anuais de uso dos bens à Câmara de Vereadores;
( ) Outros

12 – DA IDENTIFICAÇÃO DO BEM

Declaro, o comprometimento dessa Prefeitura em confeccionar e manter durante a vida útil dos equipamentos adquiridos através da proposta cadastrada na Plataforma TransfereGov sob nº 060354/2025, a placa indicativa da origem e destinação dos recursos, em que conste o número do convênio e o órgão gestor dos recursos.

13 - FICHAS DE CONTROLE DE USO DO BEM

Declaro que conhecemos a necessidade de manter fichas de controle de uso dos equipamentos, contendo data, local, serviço, identificação, nº de telefone e assinatura dos beneficiários, com objetivo de assegurar o alcance social da utilização dos bens, bem como apresentar durante a fiscalização pelos órgãos de controle do gestor de programa.

Declaro, ainda, o comprometimento na implantação do Plano de Sustentabilidade ora apresentado para fins de utilização dos bens adquiridos por meio do Programa de Fomento ao Setor Agropecuário com recursos do MAPA.

São Jorge D'oeste, 19 de novembro de 2025.

Gelson Coelho do Rosario
Prefeito Municipal

Nº / ANO DA PROPOSTA:
060354/2025

OBJETO:
aquisição de equipamentos e máquinas agrícola

CARACTERIZAÇÃO DOS INTERESSES RECÍPROCOS:
O município de São Jorge D'Oeste está localizado no Sudoeste do Estado do Paraná. Com população de 9.378 habitantes (IBGE 2022). Sua principal fonte de divisas é a agropecuária. Considerando que o programa objetiva apoiar o Desenvolvimento e Fomento do Setor Agropecuário, entre os objetivos está o apoio ao pequeno e médio produtor agropecuário mediante a aquisição de máquina agrícola, e o objeto desta proposta é a aquisição de máquina agrícola, havendo intereçe recíproco entre as partes.

RELAÇÃO ENTRE A PROPOSTA E OS OBJETIVOS E DIRETRIZES DO PROGRAMA:
A presente proposta está em conformidade com o estabelecido no Programa de Agropecuária Sustentável do Ministério da Agricultura e Pecuária, tem compatibilidade do objeto proposto pelo proponente com a relação com o proposto na ação 20ZV - Fomento ao Setor Agropecuário.

PÚBLICO ALVO:
Diretamente 100 famílias de produtores Rurais de comunidades rurais de São Jorge D'Oeste/PR.

PROBLEMA A SER RESOLVIDO:
Falta de equipamento para suporte na produção agrpecuária; Baixa produtividade do solo; Altos custos de produção.

RESULTADOS ESPERADOS:
Melhoria da produtividade; melhoria na qualidade de vida das famílias; melhor competitividade dos produtos agrícolas locais fortalecendo a economia municipal.

1 - DADOS DO CONCEDENTE

CONCEDENTE:	NOME DO ÓRGÃO/ÓRGÃO SUBORDINADO OU UG:
22000	Ministério da Agricultura e Pecuária

CPF DO RESPONSÁVEL:	NOME DO RESPONSÁVEL:
629.183.119-87	CARLOS HENRIQUE BAQUETA FAVARO

ENDEREÇO DO RESPONSÁVEL:	CEP DO RESPONSÁVEL:
RUA ALMIRANTE HENRIQUE GUEDES N.160 APTO 141- BAIRRO DUQUE DE	78043-306

2 - DADOS DO PROPONENTE

000029

PROPONENTE: 76.995.380/0001-03					
RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE: MUNICIPIO DE SAO JORGE D'OESTE					
ENDEREÇO JURÍDICO DO PROPONENTE: AVENIDA IGUACU, 281, PREDIO					
CIDADE: SÃO JORGE D'OESTE	**UF:** PR	**CÓDIGO MUNICÍPIO:** 7881	**CEP:** 85575000	**E.A.:** Administração Pública Municipal	**DDD/TELEFONE:** 4635348050
BANCO: 104 - CAIXA ECONOMICA	**AGÊNCIA:** 0931-8	**CONTA CORRENTE:**			
CPF DO RESPONSÁVEL: 064.733.219-18	**NOME DO RESPONSÁVEL:** GELSON COELHO DO ROSARIO				
ENDEREÇO DO RESPONSÁVEL: OUTROS LINHA SAO GERALDO, SN, CASA - ZONA RURAL				**CEP DO RESPONSÁVEL:** 85575000	

4 - DADOS DO EXECUTOR/VALORES

VALOR GLOBAL:	R$ 459.218,00	
VALOR DA CONTRAPARTIDA:	R$ 10.368,00	
VALOR DOS REPASSES:	Ano	Valor
	2025	R$ 448.850,00
VALOR DA CONTRAPARTIDA FINANCEIRA:	R$ 10.368,00	
VALOR DA CONTRAPARTIDA EM BENS E SERVIÇOS:	R$ 0,00	
VALOR DE RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO:	R$ 0,00	
INÍCIO DE VIGÊNCIA:	01/11/2025	
FIM DE VIGÊNCIA:	01/11/2027	
VIGÊNCIA DO INSTRUMENTO:	2027	

6 - PLANO DE TRABALHO

Meta nº: 1

Especificação: Aquisição de Máquinas e Equipamentos			
Unidade de Medida: UN	**Quantidade:** 1.0	**Valor:**	R$ 459.218,00
Início Previsto: 01/11/2025	**Término Previsto:** 01/11/2027	**Valor Global:**	R$ 459.218,00
UF: PR	**Município:** 7881 - SÃO JORGE D'OESTE		**CEP:**
Endereço: Avenida iguaçu 281			
Etapa/Fase nº: 1			
Especificação: Aquisição de Máquinas e Equipamentos			
Quantidade: 1.0 UN	**Valor:** R$ 459.218,00	**Início Previsto:** 01/11/2025	**Término Previsto:** 01/11/2025

7 - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Ministério da Agricultura e Pecuária

MÊS DESEMBOLSO: Dezembro		**ANO:** 2025
META Nº: 1	VALOR DA META:	R$ 448.850,00
DESCRIÇÃO: Aquisição de Máquinas e Equipamentos		
VALOR DO REPASSE:	R$ 448.850,00	**PARCELA Nº:** 1

8 - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

MUNICIPIO DE SAO JORGE D'OESTE

MÊS DESEMBOLSO: Dezembro		**ANO:** 2025
META Nº: 1	VALOR DA META:	R$ 10.368,00
DESCRIÇÃO: Aquisição de Máquinas e Equipamentos		
VALOR DO REPASSE:	R$ 10.368,00	**PARCELA Nº:** 1

9 - PLANO DE APLICAÇÃO DETALHADO

DESCRIÇÃO DO BEM/SERVIÇO: Distribuidor de solidos 5000 Kgs				
NATUREZA DA AQUISIÇÃO: Recursos do Instrumento			**NATUREZA DA DESPESA:** 449052	
ENDEREÇO DE LOCALIZAÇÃO: Av. Iguaçu, 281 - São Jorge d'Oeste, PR,				
CEP: 85575-000	**UF:** PR	**MUNICÍPIO:** 7881 - SÃO JORGE D'OESTE		
UNIDADE: UN	**QUANTIDADE:** 1,00	**V. UNITÁRIO:** R$ 59.747,00	**V.TOTAL:**	R$ 59.747,00
OBSERVAÇÃO:				
DESCRIÇÃO DO BEM/SERVIÇO: Arado subsolador pè de Pato				
NATUREZA DA AQUISIÇÃO: Recursos do Instrumento			**NATUREZA DA DESPESA:** 449052	
ENDEREÇO DE LOCALIZAÇÃO: Av. Iguaçu, 281 - São Jorge d'Oeste, PR,				
CEP: 85575-000	**UF:** PR	**MUNICÍPIO:** 7881 - SÃO JORGE D'OESTE		
UNIDADE: UN	**QUANTIDADE:** 1,00	**V. UNITÁRIO:** R$ 8.043,33	**V.TOTAL:**	R$ 8.043,33
OBSERVAÇÃO:				
DESCRIÇÃO DO BEM/SERVIÇO: colhedeira de forragem				
NATUREZA DA AQUISIÇÃO: Recursos do Instrumento			**NATUREZA DA DESPESA:** 449052	
ENDEREÇO DE LOCALIZAÇÃO: Av. Iguaçu, 281 - São Jorge d'Oeste, PR,				
CEP: 85575-000	**UF:** PR	**MUNICÍPIO:** 7881 - SÃO JORGE D'OESTE		
UNIDADE: UN	**QUANTIDADE:** 1,00	**V. UNITÁRIO:** R$ 64.677,67	**V.TOTAL:**	R$ 64.677,67
OBSERVAÇÃO:				
DESCRIÇÃO DO BEM/SERVIÇO: Uma plantadeira de verão 7 linhas Uma plantadeira inverno 17 linhas Uma ensiladeira linha total				
NATUREZA DA AQUISIÇÃO: Recursos do Instrumento			**NATUREZA DA DESPESA:** 449052	
ENDEREÇO DE LOCALIZAÇÃO: Av. Iguaçu, 281				
CEP: 85575-000	**UF:** PR	**MUNICÍPIO:** 7881 - SÃO JORGE D'OESTE		
UNIDADE: UN	**QUANTIDADE:** 1,00	**V. UNITÁRIO:** R$ 152.822,50	**V.TOTAL:**	R$ 152.822,50
OBSERVAÇÃO:				
DESCRIÇÃO DO BEM/SERVIÇO: Uma semeadeira adubadeira inverno 17 linhas				
NATUREZA DA AQUISIÇÃO: Recursos do Instrumento			**NATUREZA DA DESPESA:** 449052	
ENDEREÇO DE LOCALIZAÇÃO: Av. Iguaçu, 281 - São Jorge d'Oeste, PR,				
CEP: 85575-000	**UF:** PR	**MUNICÍPIO:** 7881 - SÃO JORGE D'OESTE		
UNIDADE: UN	**QUANTIDADE:** 1,00	**V. UNITÁRIO:** R$ 173.927,50	**V.TOTAL:**	R$ 173.927,50
OBSERVAÇÃO:				

10 - PLANO DE APLICAÇÃO CONSOLIDADO

NATUREZA DA DESPESA				
Código	**Total**	**Recursos**	**Contrapartida Bens e Serviços**	**Rendimento de Aplicação**
449052	R$ 459.218,00	R$ 459.218,00	R$ 0,00	R$ 0,00
TOTAL GERAL:	**R$ 459.218,00**			

TERMO DE REFERÊNCIA

(Portaria Conjunta MGI/MF/CGU 33/2023, art. 10, Inciso XXV e art. 24, ITEM II-a)

1. PROPOSTA/CONVÊNIO TRANSFEREGOV.BR Nº 060354/2025 - Convênio 983854/2025

2. OBJETO: *Aquisição de Maquinas e equipamentos .*

3. DADOS DO PROPONENTE:

Prefeitura Municipal de São Jorge d'oeste
Inscrita no CNPJ: 76.995.380/0001-03
Endereço: *Av. Iguaçu*, 281 - Centro, São Jorge d'oeste,
CEP: 85575-000 – PR. Fone: (46) 3534-8050

4. DADOS DO RESPONSÁVEL:

Nome do Prefeito: **Gelson Coelho do Rosario**
Portador do CPF: 064.733.219-18, RG 9.203.14-89 SSP/PR
Endereço: *Av. Iguaçu*, 281 - Centro, São Jorge d'oeste,
CEP: 85575-000 – PR. Fone: : (46) 3534-8050
Endereço eletrônico: www. São Jorge d'oeste pr.gov.br

5. CONTEXTUALIZAÇÃO E JUSTIFICATIVA:

O município de São Jorge d'oeste está localizado Sudoeste do Estado do Paraná, possui uma área territorial de 74.000 km², com uma população de 9.378 habitantes (Censo IBGE 2022), sendo 41-43%% residentes no meio rural. Os principais produtos agropecuários são: Soja, Milho e feijão, além da produção leiteira. O Programa 1144 objetiva uma Agropecuária Sustentável, e a proposta estão em consonância com o interesse recíproco entre concedente e convenente.

A proposta busca fomentar o setor agropecuário de acordo ao que preconiza o a ação 20ZV – Fomento ao Setor Agropecuário.

6. OBJETIVOS:

Fomentar os sistemas produtivos dos agricultores, impulsionando o desenvolvimento local e regional, está diretamente ligado a Ação 20ZV - Fomento ao Setor Agropecuário. O Objeto do Convênio está em consonância com o previsto na Instrução Normativa MAPA nº 25, de 12/07/2023.

7. AQUISIÇÃO DE BENS/CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS:

O objetivo é a aquisição dos seguintes equipamentos:
1 – Arado subsolador pé de pato, Distribuidor de sólidos 5 toneladas. 01 (uma) semeadeira adubadeira inverno 17 linhas, 01 (uma) semeadeira adubadeira de verão 7 linhas. 01 (uma)colhedeira de forragem,

8. COTAÇÕES DE PREÇOS - DADOS DAS EMPRESAS PARTICIPANTES:

ARADO SUBSOLADOR

NOME DA EMPRESA 1: Preço (Outros Entes Públicos) 1: Média das 3 Melhores Propostas Finais - Inc. II Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)
MUNICIPIO DE PLANALTO ALEGRE
Inscrita no CNPJ: 95.990.255/0001-55

NOME DA EMPRESA 2: Preço (Outros Entes Públicos) 2: Média das 3 Melhores Propostas Finais - Inc. II Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)
MUNICIPIO DE PLANALTO ALEGRE
Inscrita no CNPJ: 95.990.255/0001-55

NOME DA EMPRESA 3: Preço (Outros Entes Públicos) 3: Média das 3 Melhores Propostas Finais - Inc. II Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)
MUNICIPIO DE PLANALTO ALEGRE
Inscrita no CNPJ: 95.990.255/0001-55.

DISTRIBUIDOR DE SOLIDOS:

NOME DA EMPRESA 1: Preço (Outros Entes Públicos) 1: Média das 3 Melhores Propostas Finais - Inc. II Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)
Município de Capanema
CNPJ: 75.972.760/0001-60.

NOME DA EMPRESA 2: Preço (Outros Entes Públicos) 2: Média das 3 Melhores Propostas Finais - Inc. II Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133).
Município de Capanema
CNPJ: 75.972.760/0001-60.

NOME DA EMPRESA 3: Preço (Outros Entes Públicos) 2: Média das 3 Melhores Propostas Finais - Inc. II Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133).
Município de Capanema
CNPJ: 75.972.760/0001-60.

SEMEADEIRA ADUBADEIRA 17 LINHAS

NOME DA EMPRESA 1: Preço (Outros Entes Públicos) 1: Média das 3 Melhores Propostas Finais - Inc. II Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)
Municipio de Laranjeiras do sul.
CNPJ: 76.205.970/0001-95.

NOME DA EMPRESA 2: Preço (Outros Entes Públicos) 1: Média das 3 Melhores Propostas Finais - Inc. II Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)
Municipio de Laranjeiras do sul.
CNPJ: 76.205.970/0001-95.

NOME DA EMPRESA 3: Preço (Outros Entes Públicos) 1: Média das 3 Melhores Propostas Finais - Inc. II Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)
Municipio de Laranjeiras do sul.
CNPJ: 76.205.970/0001-95

SEMEADEIRA ADUBADEIRA 7 LINHAS

NOME DA EMPRESA 1: Preço (Outros Entes Públicos) 1: Média das 3 Melhores Propostas Finais - Inc. II Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)
Municipio de Laranjeiras do sul.
CNPJ: 76.205.970/0001-95.

NOME DA EMPRESA 2: Preço (Outros Entes Públicos) 1: Média das 3 Melhores Propostas Finais - Inc. II Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)
Municipio de Laranjeiras do sul.
CNPJ: 76.205.970/0001-95.

NOME DA EMPRESA 3: Preço (Outros Entes Públicos) 1: Média das 3 Melhores Propostas Finais - Inc. II Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)
Municipio de Laranjeiras do sul.
CNPJ: 76.205.970/0001-95.

COLHEDORA DE FORRAGEM

NOME DA EMPRESA 1: Preço (Outros Entes Públicos) 1: Média das 3 Melhores Propostas Finais - Inc. II Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133).
Município de Braga
CNPJ: 97.613.170/0001-20.

NOME DA EMPRESA 2: Preço (Outros Entes Públicos) 1: Média das 3 Melhores Propostas Finais - Inc. II Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133).
Município de Braga
CNPJ: 97.613.170/0001-20

NOME DA EMPRESA 3: Preço (Outros Entes Públicos) 1: Média das 3 Melhores Propostas Finais - Inc. II Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133).

Município de Braga
CNPJ: 97.613.170/0001-20

QUADRO COMPARATIVO DE PREÇO

ITENS	EMP. 01 R$	EMP. 02 R$	EMP. 03 R$	MEDIA R$
Arado subsolador (PÉ DE PATO) NOVO,COM 07 garras Fixas, Com Ponteiras Em Ferro. Hastes Com espessura De No Mínimo 30 Mm, Com Pino De Desarme De Garra,Com Largura De Trabalho Com No Mínimo 1,90 Mt,	R$ 8.990,00	R$ 8.266,67	R$ 6.873, 33	R$ 8.043,33
Distribuidor de calcario e abudo organico solidos, capacidade minima 5 toneladas, transmissão atraves de cardam, com 4 pneus.	R$ 52.999,00	R$ 62.000,00	R$ 75.000,00	R$ 59.747,00
Semeadeira adubadeira de arrasto para cultura de inverno, minimo 17 linhas	R$ 163.000,00	R$ 189.000,00	R$ 88.710,00	R$ 173.927,50
Semeadeira adubadeira de arrasto para cultura de inverno, minimo 7 linhas	R$152.500 ,00	R$144.800 ,00	R$152.096 ,67	R$152.822 ,50
Colhedora de forragem, largura maxima de 0,92m, com no minimo 4 rolos interno e 2 rolos recolhedor , no minimo 16 facas.	R$67.500, 00	R$65.211, 67	R$64.999, 00	R$64.677, 67

9. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO:

A empresa vencedora deverá entregar e montar o equipamento em até 120 dias após e emisão da ordem de compra.
O equipamento deverá ter termo de garantia de pelo menos 12 meses quanto a defeitos de fabicação.

10. PRÉ-REQUISITOS E CONDIÇÕES DE ENTREGA:

A entrega e montagem deve ocorrer no local indicado pelo município de São Jorge do o'este, de segunda a sexta feira, em horário comercial;

A entrega deve ser acompanhado da nota fiscal e termo de entrega.

A empresa executora deve entregar manual de instruções do fabricante, em língua portuguesa e realizar a entrega técnica.

Todas as despesas com transporte, entrega, carregamento, descarregamento e instalação correrão por conta da executora.

11. DEVERES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE E SANÇÕES:

A CONTRATADA obriga-se a manter, durante a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para esta contratação, devendo comunicar ao CONTRATANTE, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do presente.

A CONTRATADA não poderá ceder ou transferir a terceiros, os direitos e obrigações decorrentes deste contrato, sem a prévia e expressa concordância do CONTRATANTE.

Fica avençado entre as partes que a CONTRATADA se responsabiliza por todos os danos e prejuízos causados a terceiros, ficando o CONTRATANTE isento de qualquer responsabilidade civil ou ressarcimento de eventuais despesas.

A CONTRATADA se responsabiliza por todas as dívidas porventura advindas do presente fornecimento, junto ao comércio ou indústria, ficando o CONTRATANTE isento de quaisquer responsabilidades perante as mesmas.

Caberá ao CONTRATANTE efetuar o pagamento pelo fornecimento do objeto do presente Instrumento.

12. ADMINISTRAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS:

Os bens adquiridos, bem como as suas manutenções e conservações, serão de responsabilidade do Convenente, o qual fará a manutenção periódica de acordo com manual dos equipamentos, bem como, eventuais reparos necessários.

13. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO:

Nos termos do art. 117 Lei nº 14.133, de 2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega do produto, bem como da Execução do Projeto, anotando em registro próprio, quando for o caso, todas as ocorrências e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 121 da Lei nº 14.133, de 2021. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

14. DO PAGAMENTO:

Em consonância com os requisitos constantes no Capítulo X – Dos Pagamentos,

da Lei n° 14.133, de 1° de abril de 2021.

15. DO REAJUSTE:

Em observância aos requisitos constantes no Capítulo VII – Da alteração dos contratos e preços, da Lei n° 14.133, de 1° de abril de 2021.

16. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO:

Em consonância com a disponibilização de recursos financeiros, conforme detalhamento do cronograma de desembolso.

METODOLOGIA PARA AQUISIÇÃO:

A aquisição do obejto do Convênio se dará mediante processo licitatório em consonância com a Lei n° 14.133, de 1° de abril de 2021 e legislação complementar.

A licitação será realizada por **pregão eletrônico**

São Jorge D'oeste, 18 de novembro de 2025.

GELSON COELHO DO ROSARIO:06473321918

Assinado de forma digital por GELSON COELHO DO ROSARIO:06473321918

Gelson Coelho do Rosario
Prefeito Municipal

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA

CONVÊNIO SPOA/SE/MAPA Nº **983854/2025** - TRANSFEREGOV.BR Nº **060354/2025**

CONVÊNIO TRANSFEREGOV.BR Nº **983854/2025**, QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO DA SECRETARIA-EXECUTIVA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA E O **MUNICÍPIO DE SÃO JORGE D'OESTE/PR,** COM A FINALIDADE **AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS.**

A **UNIÃO**, por intermédio da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração da Secretaria-Executiva do Ministério da Agricultura e Pecuária, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 00.396.895/0001-25, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco D, 70043-900, doravante denominado **CONCEDENTE**, neste ato representado pelo Subsecretário de Orçamento, Planejamento e Administração, Sr. **FERNANDO MAGALHÃES SOARES PINTO**, designado pela Portaria nº 568, da Casa Civil da Presidência da República de 15/05/2024, publicada no D.O.U em 16 de maio de 2024, Edição: 94, Seção: 2 - Página 1, consoante delegação de competência conferida pela Portaria nº 609, de 23 de agosto de 2023, publicada no D.O.U em 24 de agosto de 2023, Edição 162, Seção 1, Pág. 11, portador da matrícula funcional nº 1354613, e o Município de São Jorge D'oeste/PR, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.995.380/0001-03, com sede na AVENIDA IGUACU, 281, PREDIO - CENTRO. São Jorge D'oeste - PR. CEP: 85575-000, doravante denominado **CONVENENTE**, representado pelo Prefeito, o Sr. **GELSON COELHO DO ROSÁRIO**, portador da matrícula funcional nº 29567220.

RESOLVEM celebrar o presente **CONVÊNIO**, com a finalidade de Aquisição de Máquinas e Equipamentos, registrado no Transferegov.br, regendo-se pelo disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no que couber, na Lei de Diretrizes Orçamentárias do corrente exercício, no Decreto Federal nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, no Decreto Federal nº 11.531, de 16 de maio de 2023, regulamentado pela Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 28, de 21 de maio de 2024, e, subsidiariamente, pela Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023, consoante o processo administrativo nº 21000.069680/2025-12, e mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto **Aquisição de Máquinas e Equipamentos**, conforme detalhado no Plano de Trabalho.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO DAS PEÇAS DOCUMENTAIS

Integram este Termo de Convênio, independentemente de transcrição, o Plano de Trabalho e o Termo de Referência, propostos pelo CONVENENTE e inseridos no Transferegov.br, bem como toda documentação técnica que deles resultem, cujos termos os partícipes acatam integralmente.

Subcláusula Única. Eventuais ajustes realizados durante a execução do objeto integrarão o Plano de Trabalho, desde que sejam submetidos e aprovados previamente pela autoridade competente do CONCEDENTE e que não haja alteração do objeto, exceto para as situações tratadas no art. 44, III, da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA CONDIÇÃO SUSPENSIVA

A eficácia do presente Convênio fica condicionada à aprovação pelo CONCEDENTE dos seguintes documentos a serem apresentados tempestivamente pelo CONVENENTE:

I - Termo de Referência, nos termos do art. 7º, II, "a", da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 28, de 2024;

II - Plano de sustentabilidade do equipamento a ser adquirido.

III - .....(outra(s) condição(ções) porventura indicada(s) no parecer técnico de aprovação do Plano de Trabalho).

Subcláusula primeira. O CONVENENTE deverá apresentar o(s) documento(s) referido(s) no caput desta cláusula, antes da liberação da primeira parcela dos recursos, até 09 (nove) meses a contar da assinatura do convênio.

Subcláusula segunda. Caso o(s) documento(s) indicado(s) no caput desta cláusula não seja(m) apresentado(s), proceder-se-á à extinção do convênio, quando não tiverem sido liberados recursos para elaboração das peças documentais; ou sua imediata rescisão, com o ressarcimento de eventuais recursos liberados para a elaboração das peças documentais, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da rescisão, sob pena de instauração imediata da tomada de contas especial.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

Sem prejuízo do constante nas demais Cláusulas deste Convênio, são obrigações

dos partícipes:

I - DO CONCEDENTE:

a) analisar as alterações propostas no plano de trabalho; e

b) realizar a análise jurídica necessária à celebração dos instrumentos relacionados a este instrumento;

c) emitir os empenhos necessários à execução deste instrumento;
d) celebrar, caso seja de interesse, eventuais termos aditivos;

e) transferir os recursos financeiros para o CONVENENTE, preferencialmente em parcela única;

f) avaliar e aferir o cumprimento do objeto pactuado, em conformidade com as disposições do art. 12 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 28, de 2024;

g) notificar o CONVENENTE quando não apresentada a prestação de contas ou se constatada a má aplicação dos recursos públicos transferidos quando da verificação da execução do objeto;

h) adotar as medidas administrativas para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção da regularização e do ressarcimento, em atenção ao disposto no art. 4º da Portaria nº 11.531, de 1º julho de 2021, da Controladoria-Geral da União - CGU;

i) analisar a prestação de contas final apresentada pelo CONVENENTE;

j) instaurar a Tomada de Contas Especial - TCE, observando os procedimentos e a formalização, de acordo com a legislação específica ao caso;

k) divulgar ao CONVENENTE os atos normativos e orientações relativas aos instrumentos; e

l) exigir que o CONVENENTE disponibilize, em seu sítio oficial na internet ou, na sua falta, em sua sede, em local de fácil visibilidade, o extrato do instrumento, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade, os valores e as datas de liberação, o detalhamento da aplicação dos recursos e as contratações realizadas para a execução do objeto pactuado, na forma do art. 43 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023.

Subcláusula primeira. Caberá a qualquer tempo, havendo indícios de irregularidades ou fraudes na execução do objeto, fundamentadamente, ao CONCEDENTE, instaurar as medidas administrativas internas necessárias e/ou úteis para debelar a irregularidade ou fraude, inclusive, se for o caso, sustar pagamentos e representar aos órgãos de controle.

II - DO CONVENENTE:

a) registrar no Transferegov.br suas propostas, planos de trabalho e pesquisas de preços, na forma e prazos estabelecidos pelo CONCEDENTE;

b) definir por metas e etapas, a forma de execução do objeto;

c) assegurar, na sua integralidade, a qualidade técnica dos projetos e da execução dos produtos e serviços estabelecidos neste instrumento, em conformidade com as normas brasileiras e os normativos dos programas, ações e atividades;

d) garantir a existência de infraestrutura, utilidades, pessoal e licenças necessários à instalação e disponibilização dos equipamentos adquiridos;

e) selecionar as áreas de intervenção e os beneficiários finais em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo CONCEDENTE, podendo estabelecer outras que

busquem refletir situações de vulnerabilidade econômica e social, informando ao CONCEDENTE sempre que houver alterações;

f) incluir, em seus orçamentos anuais, dotação orçamentária referente aos recursos relativos a este instrumento;

g) proceder ao depósito da contrapartida pactuada neste instrumento, na conta bancária específica vinculada ao presente Convênio, em conformidade com os prazos estabelecidos no cronograma de desembolso do Plano de Trabalho;

h) realizar o procedimento de compras e contratações, sob sua inteira responsabilidade, observada a legislação vigente e assegurando:

i) a correção dos procedimentos legais;

ii) a suficiência do termo de referência;

iii) a suficiência da planilha orçamentária discriminativa do percentual de Encargos Sociais e de Bonificação e Despesas Indiretas - BDI utilizados, cada qual com o respectivo detalhamento de sua composição, por item de orçamento ou conjunto deles; e

iv) a utilização do PNCP previsto na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, quando o convenente for órgão ou entidade das administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

i) apresentar declaração expressa firmada por representante legal do órgão ou entidade CONVENENTE, ou registro no Transferegov.br que a substitua, atestando o atendimento às disposições legais aplicáveis ao procedimento de compras e contratações;

j) registrar no Transferegov.br, nos casos de inexigibilidade e dispensa de licitação, os pareceres técnico e jurídico que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos na legislação pertinente;

k) prever, no edital de licitação e no contrato administrativo de execução ou fornecimento - CTEF, que a responsabilidade pela qualidade dos materiais e serviços executados ou fornecidos é da empresa contratada para esta finalidade, inclusive a promoção de readequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto ajustado;

l) registrar no Transferegov.br o processo licitatório, o extrato do edital de licitação, o preço estimado pela administração pública para a execução do serviço e a proposta de preço total ofertada por cada licitante com a sua respectiva inscrição ativa no CNPJ, o termo de homologação e adjudicação, o extrato do CTEF e seus respectivos aditivos;

m) inserir cláusula no CTEF destinado à execução do instrumento, para que a empresa contratada permita o livre acesso dos servidores do CONCEDENTE e dos órgãos de controle interno e externo da União, bem como dos funcionários da mandatária e do apoiador técnico, aos documentos e registros contábeis das empresas contratadas;

n) inserir cláusula nos CTEFs destinados à execução do instrumento, para que a empresa contratada insira as informações e os documentos relativos à execução no Transferegov.br;

o) disponibilizar, em seu sítio oficial na internet ou, na sua falta, em sua sede, em local de fácil visibilidade, o extrato do instrumento, conforme disposto no art. 43 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023;

p) executar e fiscalizar os trabalhos necessários à consecução do objeto, observando prazos e custos;

q) utilizar os aplicativos disponibilizados pelo órgão central do Transferegov.br, para registro da execução física do objeto e quando da realização das atividades de fiscalização;

r) exercer, na qualidade de contratante, a gestão e fiscalização do CTEF;

s) realizar visitas regulares nos empreendimentos, e registrar no Transferegov.br as informações referentes às visitas realizadas;

t) determinar a correção de vícios detectados que possam comprometer a fruição do objeto;

u) estimular a participação dos beneficiários finais na elaboração e implementação do objeto do instrumento, bem como na manutenção do patrimônio gerado por este investimento;

v) operar, manter e conservar adequadamente o patrimônio público gerado pelos investimentos decorrentes deste instrumento;

w) fornecer ao CONCEDENTE ou ao apoiador técnico, a qualquer tempo, informações sobre as ações desenvolvidas para viabilizar o acompanhamento e avaliação do processo;

x) obedecer às regras e diretrizes de acessibilidade na execução do objeto dos instrumentos, em conformidade com as leis, normativos e orientações técnicas que tratam da matéria;

z) indicar o sistema Fala.BR como canal de comunicação efetivo, ao qual se dará ampla publicidade, para o recebimento de manifestações dos cidadãos relacionadas ao instrumento, possibilitando o registro de sugestões, elogios, solicitações, reclamações e denúncias;

aa) submeter previamente ao CONCEDENTE qualquer proposta de alteração do Plano de Trabalho aceito, na forma definida neste instrumento, observadas as vedações relativas à execução das despesas;

bb) realizar no Transferegov.br os atos e os procedimentos relativos à formalização, execução, acompanhamento, prestação de contas e informações acerca da TCE dos instrumentos, quando couber;

cc) prestar esclarecimentos sempre que solicitado pelo CONCEDENTE;

dd) aplicar os recursos recebidos por intermédio do Convênio exclusivamente para pagamento de despesas constantes do plano de trabalho ou para aplicação financeira;

ee) manter e movimentar os recursos financeiros de que trata este Convênio em conta bancária específica, aberta em instituição financeira oficial, inclusive os resultantes de eventual aplicação financeira, bem assim aqueles oferecidos como contrapartida, aplicando-os, na conformidade do Plano de Trabalho e, exclusivamente, no cumprimento do seu objeto, observadas as vedações constantes neste instrumento relativas à execução das despesas;

ff) permitir ao CONCEDENTE, bem como aos órgãos de controle interno e externo, o acesso à movimentação financeira da conta bancária específica vinculada ao presente Convênio, não estando sujeita ao sigilo bancário perante a União e respectivos órgãos de controle;

gg) manter atualizada a escrituração contábil específica dos atos e fatos relativos à execução deste Convênio;

hh) instaurar processo administrativo apuratório, inclusive processo administrativo disciplinar, quando constatado o desvio ou malversação de recursos públicos,

irregularidade na execução do contrato ou na gestão financeira do instrumento, comunicando tal fato ao CONCEDENTE;

ii) incluir regularmente as informações e os documentos exigidos pela Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 28, de 2024, mantendo-o atualizado;

jj) permitir o livre acesso de servidores do CONCEDENTE e dos órgãos de controle interno e externo da União, a qualquer tempo e lugar, aos processos, documentos e informações referentes a este Convênio, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;

kk) prestar contas dos recursos transferidos;

ll) observar os prazos estipulados para devolução dos recursos; e

mm) manter os documentos relacionados ao instrumento pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados da data de aprovação da prestação de contas final.

III - DA UNIDADE EXECUTORA:

a) executar fielmente o objeto pactuado, de acordo com o Plano de Trabalho aprovado pelo CONCEDENTE, adotando todas as medidas necessárias à correta execução deste Convênio;

b) responder, por intermédio de seus titulares, em solidariedade com os titulares do CONVENENTE, caso constatado desvio ou malversação de recursos públicos, irregularidade na execução do contrato ou gestão financeira do convênio, na medida de seus atos, competências e atribuições; e

c) realizar no Transferegov.br os atos e procedimentos relativos à execução do convênio, conforme definição constante no Plano de Trabalho.

Subcláusula segunda. O CONVENENTE continua responsável pela execução do instrumento, sendo a UNIDADE EXECUTORA responsável solidária na relação estabelecida.

Subcláusula terceira. O CONVENENTE é responsável pelo acompanhamento, fiscalização e prestação de contas do objeto executado pela UNIDADE EXECUTORA.

IV – DO INTERVENIENTE:

a) anuir com a celebração do presente Convênio, responsabilizando-se solidariamente pelo cumprimento das obrigações assumidas pelo CONVENENTE.

Subcláusula quarta. É vedada ao INTERVENIENTE, nesta condição, a execução das atividades previstas no Plano de Trabalho.

Subcláusula quinta. Os entes consorciados são solidariamente responsáveis quanto às obrigações cominadas ao consórcio público.

CLÁUSULA QUINTA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Para fins de execução deste Termo de convênio, os PARTÍCIPES obrigam-se a cumprir e manterem-se de acordo com as disposições e os princípios da Lei Geral de Proteção de Dados - Lei nº 13.709/18 (LGPD), especialmente no que se refere à legalidade no tratamento dos dados pessoais a que tiverem acesso em razão deste instrumento.

Subcláusula primeira. Em relação à LGPD, cada Parte será responsável isoladamente pelos atos a que derem causa, respondendo, inclusive, pelos atos praticados por seus prepostos e/ou empregados que estiverem em desconformidade com os preceitos normativos aplicáveis.

Subcláusula segunda. Na ocorrência de qualquer incidente (perda, destruição e/ou

exposição indesejada e/ou não autorizada) que envolva os dados pessoais tratados em razão do presente instrumento, deverá a Parte responsável pelo incidente comunicar imediatamente a outra Parte, apresentando, no mínimo, as seguintes informações:

(i) a descrição dos dados pessoais envolvidos;

(ii) a quantidade de dados pessoais envolvidos (volumetria do evento); e

(iii) quem são os titulares dos dados pessoais afetados pelo evento.

Subcláusula terceira. Caso um dos PARTÍCIPE seja destinatário de ordem judicial ou notificação/requisição de qualquer órgão, agência, autoridade ou outra entidade oficial, relativa ao tratamento de dados pessoais que tenham sido compartilhados em decorrência do presente instrumento, o PARTÍCIPE notificado deverá, imediatamente, comunicar o outro PARTÍCIPE.

Subcláusula quarta. Os PARTÍCIPES se obrigam a, após o encerramento deste instrumento e/ou após o exaurimento das finalidades para as quais os dados pessoais foram coletados, o que vier primeiro, deletar e/ou destruir todos os documentos e informações recebidas do outro PARTÍCIPE, contendo os dados pessoais fornecidos, sejam em meios físicos ou digitais, eliminando-os de seus arquivos e banco de dados, podendo ser mantidos os dados pessoais necessários para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória e/ou para o uso exclusivo do PARTÍCIPE, mediante a anonimização dos dados.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

Este Termo de Convênio terá vigência de 32 (trinta e dois) meses, contados a partir da assinatura do instrumento, podendo ser prorrogada, por solicitação do CONVENENTE devidamente fundamentada, formulada, no mínimo, 60 (sessenta) dias antes do seu término.

Subcláusula única. O CONCEDENTE prorrogará "de ofício" a vigência deste Termo de Convênio, antes de seu término, quando der causa ao atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos financeiros para a execução do objeto deste Convênio, neste ato fixados em **R$ 459.218,00 (quatrocentos e cinquenta e nove mil duzentos e dezoito reais)**, serão alocados de acordo com o cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho, conforme a seguinte classificação orçamentária:

I - **R$ 448.850,00 (quatrocentos e quarenta e oito mil oitocentos e cinquenta reais)**, relativos ao valor de repasse do CONCENDENTE, correrão à conta da dotação alocada no orçamento, autorizado pela Lei nº 15.080, de 30 de dezembro de 2024; UG nº 130141, assegurado pela Nota de Empenho nº 2025NE001073, no valor de R$ 448.850,00 (quatrocentos e quarenta e oito mil oitocentos e cinquenta reais), PTRES nº 251544, à conta de recursos oriundos do Tesouro Nacional, Fonte de Recursos nº 1000000000; Natureza da Despesa nº 444042/29;

II - **R$ 10.368,00 (dez mil trezentos e sessenta e oito reais)**, relativos à contrapartida do CONVENENTE, consignados na Lei Orçamentária Municipal nº 1.155, de 27 de novembro de 2024, do Município de São Jorge D'oeste/PR.

Subcláusula primeira. Em caso de ocorrência de cancelamento de Restos a Pagar, o quantitativo das metas constante no Plano de Trabalho poderá ser reduzido até a etapa que não prejudique a funcionalidade do objeto pactuado, mediante aceitação do CONCEDENTE.

Subcláusula segunda. O CONVENENTE obriga-se a incluir em seu orçamento dotação orçamentária referente aos recursos relativos ao instrumento pactuado.

Subcláusula terceira. Os recursos para atender às despesas em exercícios futuros estão consignados no plano plurianual ou em prévia lei que os autorize.

Subcláusula quarta. O valor mencionado no inciso I do caput desta Cláusula não poderá exceder o montante estabelecido pelo art. 184-A da Lei nº 14.133, de 2021, já considerando eventuais aditivos de acréscimo, sem prejuízo da aplicação dos §§ 3º, 4º e 5º do art. 1º da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 28, de 2024.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRAPARTIDA

Compete ao CONVENENTE integralizar a(s) parcela(s) da contrapartida financeira, em conformidade com os prazos estabelecidos no cronograma de desembolso do Plano de Trabalho, mediante depósito(s) na conta bancária específica do Convênio, podendo haver antecipação de parcelas, inteiras ou parte, a critério do CONVENENTE.

Subcláusula primeira. O aporte da contrapartida observará os percentuais e as condições estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias Federal vigente à época da celebração do instrumento.

Subcláusula segunda. As receitas oriundas dos rendimentos de aplicação dos recursos no mercado financeiro não poderão ser computadas como contrapartida.

Subcláusula terceira. A comprovação pelo proponente de que a contrapartida proposta está devidamente assegurada, deverá ocorrer previamente à celebração do instrumento, por meio da previsão orçamentária.

CLÁUSULA NONA – DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos financeiros relativos ao repasse do CONCEDENTE e à contrapartida do CONVENENTE serão depositados e geridos na conta específica vinculada ao presente Convênio, aberta em nome do CONVENENTE exclusivamente em instituição financeira oficial.

Subcláusula primeira. A conta corrente específica será nomeada fazendo-se menção ao instrumento pactuado e deverá ser registrada com o número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ do órgão ou da entidade CONVENENTE.

Subcláusula segunda. A liberação da parcela única obedecerá ao cronograma de desembolso previsto no instrumento e ficará condicionada:

I - à disponibilidade financeira do CONCEDENTE;

II - ao registro do processo licitatório pelo CONVENENTE, INTERVENIENTE ou pela UNIDADE EXECUTORA no Transferegov.br; e

III- à comprovação do envio pelo CONVENENTE, INTERVENIENTE ou pela UNIDADE EXECUTORA do instrumento de contrato ou outro instrumento hábil ao PNCP; e

Subcláusula terceira. A movimentação financeira na conta corrente específica do instrumento deverá ocorrer no Transferegov.br, por meio da funcionalidade ordem de pagamento de parcerias – OPP, nos termos do art. 76 da Portaria Conjunta

Subcláusula quarta. Os recursos serão liberados de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira do Governo Federal, em conformidade com o número de parcelas e prazos estabelecidos no cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho aprovado no Transferegov.br, que guardará consonância com as metas, fases e etapas de execução do objeto do Convênio.

Subcláusula quinta. Para recebimento de cada parcela dos recursos, deverá o CONVENENTE comprovar o aporte da contrapartida pactuada, que deverá ser depositada na conta bancária específica em conformidade com os prazos estabelecidos no cronograma de desembolso do Plano de Trabalho, podendo haver antecipação de parcelas, inteiras ou parte, a critério do CONVENENTE;

Subcláusula sexta. Os recursos deste Convênio serão automaticamente aplicados em cadernetas de poupança, fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, enquanto não empregados na sua finalidade.

Subcláusula sétima. Quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do instrumento, os rendimentos das aplicações financeiras deverão ser devolvidos ao CONCEDENTE e ao CONVENENTE, observada a proporcionalidade prevista na celebração, sendo vedado o aproveitamento de rendimentos para ampliação ou acréscimo de metas ao plano de trabalho pactuado, salvo as hipóteses do § 4º do art. 75 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023.

Subcláusula oitava. A conta bancária específica do Convênio será preferencialmente isenta da cobrança de tarifas bancárias.

Subcláusula nona. O CONVENENTE autoriza desde já o CONCEDENTE para que, nos casos em que não houver a devolução dos recursos no prazo previsto no §1º do art. 95 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023, solicite junto à instituição financeira albergante da conta corrente específica do convênio o resgate dos saldos remanescentes, inclusive os provenientes dos rendimentos de aplicações financeiras, observadas a proporcionalidade dos recursos aportados pelas partes, e providencie a devolução para a conta única da União, conforme previsto na alínea "a" do inciso VIII do art. 10 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 28, de 2024.

Subcláusula décima. A liberação de recursos referente ao presente Convênio observará as limitações previstas na legislação eleitoral.

Subcláusula décima primeira. O sigilo bancário dos recursos públicos envolvidos neste Convênio não será oponível ao CONCEDENTE e nem aos órgãos públicos fiscalizadores.

Subcláusula décima segunda. Os recursos deverão ser mantidos na conta corrente específica do instrumento e somente poderão ser utilizados para pagamento de despesas constantes do Plano de Trabalho ou para aplicação financeira, nas hipóteses previstas em lei, no Decreto nº 11.531, de 2023, ou na Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

O presente Convênio deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e a legislação aplicável.

Subcláusula primeira. É vedado ao CONVENENTE, sob pena de rescisão do ajuste:

I - utilizar, ainda que em caráter emergencial, os recursos em finalidade diversa da estabelecida neste instrumento;

II - realizar despesas em data anterior à vigência do Convênio;

III – realizar licitação em desacordo com o estabelecido no termo de referência;

IV - alterar o objeto do convênio, exceto para:

a) ampliação do objeto pactuado ou para redução ou exclusão de meta ou etapa, desde que não desconfigure a natureza do objeto e não haja prejuízo da fruição ou funcionalidade do objeto; e

b) alteração do local de execução do objeto.

V - efetuar pagamento em data posterior à vigência do Convênio, salvo se o fato gerador da despesa tenha ocorrido durante a vigência deste instrumento;

VI - efetuar pagamento, a qualquer título, a servidor ou empregado público integrante de quadro de pessoal de órgão ou entidade pública da administração direta ou indireta, inclusive por serviços de consultoria ou assistência técnica, salvo nas hipóteses previstas em leis federais específicas e na Lei de Diretrizes Orçamentárias;

VII - realizar despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou recolhimentos fora do prazo, exceto no que se refere às multas e aos juros, se decorrentes de atraso na transferência de recursos pelo CONCEDENTE e desde que os prazos para pagamento e os percentuais sejam os mesmos aplicados no mercado;

VIII - realizar despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;

IX - realizar despesas com publicidade, salvo a de caráter educativo, informativo ou de orientação social, da qual não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal e desde que previstas no Plano de Trabalho;

X - transferir recursos para clubes e associações de servidores ou quaisquer outras entidades congêneres, exceto para creches e escolas para o atendimento pré-escolar;

XI - transferir recursos liberados pelo CONCEDENTE, no todo ou em parte, a conta que não a vinculada ao presente Convênio;

XII - celebrar contrato, convênio ou outro tipo de parceria com entidades impedidas de receber recursos federais;

XIII - pagar, a qualquer título, a empresas privadas que tenham em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, do órgão celebrante, por serviços prestados, inclusive consultoria, assistência técnica ou assemelhados, salvo nas eventuais hipóteses previstas em leis específicas federais e na Lei de Diretrizes Orçamentárias

XIV - subdelegar as obrigações assumidas por meio do presente convênio, salvo quando houver previsão expressa no plano de trabalho aprovado e não configurar descentralização total da execução; e

XV - realizar o aproveitamento de rendimentos para ampliação ou acréscimo de metas ao plano de trabalho pactuado, sem justificativa do convenente e autorização do CONCEDENTE

Subcláusula segunda. Os atos referentes à movimentação dos recursos depositados na conta específica deste Convênio serão realizados ou registrados no Transferegov.br e os respectivos pagamentos serão efetuados pelo CONVENENTE mediante crédito na conta corrente de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviço, facultada a dispensa deste procedimento nos seguintes casos, em que o crédito poderá ser realizado em conta corrente de titularidade do próprio CONVENENTE, mediante sua justificativa e autorizado pelo CONCEDENTE, devendo

ser registrado no *Transferegov.br* o beneficiário final da despesa:

I - questões operacionais que impeçam o pagamento por meio da emissão de OPP, excetuando-se falhas de planejamento;

II – na execução do objeto pelo CONVENENTE por regime direto; e

III – no ressarcimento ao CONVENENTE por pagamentos realizados às próprias custas decorrentes de atrasos na liberação de recursos pelo CONCEDENTE e em valores além da contrapartida pactuada.

Subcláusula terceira. Antes da realização de cada pagamento, o CONVENENTE incluirá no *Transferegov.br*, no mínimo, as seguintes informações:

I - o nome e CNPJ ou CPF do fornecedor, quando for o caso;

II - o contrato a que se refere o pagamento realizado; e

III - informações das notas fiscais ou documentos contábeis.

Subcláusula quarta. Excepcionalmente, mediante mecanismo que permita a identificação pela instituição financeira depositária, poderá ser realizado pagamento à pessoa física que não possua conta bancária, restrito ao limite individual de R$ 1.800,00 (mil e oitocentos reais) por beneficiário, levando-se em conta toda a duração do instrumento.

Subcláusula quinta. No caso de fornecimento de equipamentos e materiais especiais de fabricação específica, o desbloqueio de parcela para pagamento da respectiva despesa farse-á na forma do art. 38 do Decreto nº 93.872, de 1986, e do art. 79, da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023, observadas as seguintes condições:

I - esteja caracterizada a necessidade de adiantar recursos ao fornecedor para viabilizar a produção de material ou equipamento especial, fora da linha de produção usual, e com especificação singular destinada a empreendimento específico;

II - o pagamento antecipado das parcelas tenha sido previsto no edital de licitação e no CTEF dos materiais ou equipamentos; e

III - o fornecedor ou o CONVENENTE apresentem uma carta fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, ou as demais modalidades de garantia previstas no art. 96, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA CONTRATAÇÃO COM TERCEIROS

O CONVENENTE deverá observar, quando da contratação de terceiros com recursos da União vinculados à execução do objeto deste Convênio, as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como as demais normas aplicáveis às contrações públicas.

Subcláusula primeira. Nos casos em que empresa pública, sociedade de economia mista ou suas subsidiárias participem como CONVENENTE ou UNIDADE EXECUTORA, deverão ser observadas as disposições da Lei nº 13.303, de 2016, quando da contratação de terceiros.

Subcláusula segunda. Os editais de licitação para consecução do objeto conveniado serão publicados pelo CONVENENTE após a assinatura do presente Convênio, devendo a publicação do extrato dos editais observar as disposições da legislação específica aplicável ao respectivo processo licitatório, obedecido, o disposto no art. 5º, inciso XIV da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 28, de 2024, e

art. 53 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023.

Subcláusula terceira. Excepcionalmente, quando o objeto envolver a aquisição de equipamentos ou a execução de custeio, serviços comuns, em casos devidamente justificados pelo CONVENENTE e admitidos pelo CONCEDENTE, poderão ser aceitos, desde que observadas as condicionantes previstas no art. 54 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023:

a) adesão à ata de registro de preços, mesmo que o registro tenha sido homologado em data anterior ao início da vigência do instrumento;

b) licitação realizada antes da assinatura do instrumento; e

c) contrato celebrado em data anterior ao início da vigência do instrumento.

Subcláusula quarta. Nos casos de que trata a Subcláusula terceira, somente serão aceitas as despesas que ocorrerem durante o período de vigência do instrumento de convênio.

Subcláusula quinta. O CONVENENTE se compromete, quando da contratação de terceiros, a aderir a Ata de Registro de Preços vigente gerenciada pelo Poder Executivo Federal, caso seja comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado, na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021, e seja realizada prévia consulta ao fornecedor.

Subcláusula sexta. As competências do CONCEDENTE e do CONVENENTE dispostas nos artigos 4º e 5º da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 28, de 2024, também deverão ser observadas quando da contratação com terceiros.

Subcláusula sétima. É vedada, na hipótese de aplicação de recursos federais transferidos mediante o presente Convênio, a participação em licitação ou a contratação de empresas que constem:

I - no cadastro de empresas inidôneas do Tribunal de Contas da União, do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União;

II - no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF como impedidas ou suspensas; ou

III - no Cadastro Nacional de Condenações Civis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, supervisionado pelo Conselho Nacional de Justiça.

Subcláusula oitava. O CONVENENTE deve consultar a situação do fornecedor selecionado no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, por meio de acesso ao Portal da Transparência na **internet**, antes de solicitar a prestação do serviço ou a entrega do bem.

Subcláusula nona. Nos casos em que a execução do objeto do Convênio, conforme previsto no plano de trabalho, envolver parceria do CONVENENTE com entidade(s) privada(s) sem finalidade lucrativa, deverá ser observado o disposto no art. 45 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023, e na legislação específica que rege a parceria.

Subcláusula décima. Quando for o caso, os editais de licitação e contratos deles decorrentes deverão prever a aplicação das margens de preferência estabelecidas nas resoluções da Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável – CICS, instituída pelo Decreto nº 11.890, de 22 de janeiro de 2024.".

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO DO CONVÊNIO

Este Convênio poderá ser alterado por termo aditivo mediante proposta de qualquer

dos PARTÍCIPES.

Subcláusula primeira. A proposta, devidamente formalizada e justificada, deve ser apresentada ao CONCEDENTE em, no mínimo, 60 (sessenta) dias antes do término de sua vigência.

Subcláusula segunda. Excepcionalmente, poderão ser solicitadas alterações em prazo inferior, desde que sejam motivadas e em benefício da execução do objeto.

Subcláusula terceira. A análise da solicitação de alteração deverá ser realizada pelo CONCEDENTE, observados os regramentos legais e a tempestividade, de forma que não haja prejuízo à execução do objeto.

Subcláusula quarta. Nos eventuais ajustes realizados durante a execução do objeto, deverá o CONVENENTE demonstrar a respectiva necessidade e os benefícios que se pretende agregar ao projeto, cuja justificativa, uma vez aprovada pela autoridade competente do CONCEDENTE, integrará o Plano de Trabalho.

Subcláusula quinta. No caso de ampliação de metas, a proposta deverá ser acompanhada dos respectivos ajustes no Plano de Trabalho, de orçamentos detalhados e de relatórios que demonstrem a regular execução das metas, etapas e fases já pactuadas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO ACOMPANHAMENTO

O CONCEDENTE levará em consideração, no acompanhamento e na verificação do cumprimento do objeto pactuado, diante do marco de execução de 100% (cem por cento) do cronograma físico, a avaliação das informações e documentos inseridos no Transferegov.br.

Subcláusula primeira. É prerrogativa do CONCEDENTE assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação ou da ocorrência de fato relevante, de modo a evitar sua descontinuidade, respondendo o CONVENENTE, em todo caso, pelos danos causados a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do instrumento.

Subcláusula segunda. Os processos, documentos ou informações referentes à execução deste instrumento não poderão ser sonegados aos servidores do CONCEDENTE e dos órgãos de controle interno e externo da União, bem como ao eventual apoiador técnico

Subcláusula terceira. Aquele que, por ação ou omissão, causar embaraço, constrangimento ou obstáculo à atuação do CONCEDENTE e dos órgãos de controle interno e externo do Poder Executivo Federal, no desempenho de suas funções institucionais relativas ao acompanhamento e fiscalização dos recursos federais transferidos, ficará sujeito à responsabilização administrativa, civil e penal.

Subcláusula quarta. A utilização dos recursos em desconformidade com o pactuado no instrumento ensejará obrigação do CONVENENTE devolvê-los devidamente atualizados, conforme exigido para a quitação de débitos para com a Fazenda Nacional, com base na variação da Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao da devolução dos recursos, acrescido esse montante de 1% (um por cento) no mês de efetivação da devolução dos recursos à conta única do Tesouro Nacional.

Subcláusula quinta. Nos casos de identificação de irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, CONCEDENTE e CONVENENTE observarão o disposto no art. 89 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023.

Subcláusula sexta. Os agentes que fizerem parte do ciclo de transferência de recursos são responsáveis, para todos os efeitos, pelos atos que praticarem no acompanhamento e fiscalização da execução deste instrumento, não cabendo a responsabilização do CONCEDENTE por inconformidades ou irregularidades praticadas pelo CONVENENTE. O CONVENENTE e a responde pelos danos causados a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do Convênio.

Subcláusula sétima. Ao tomar conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, o convenente dará ciência aos órgãos de controle e, havendo fundada suspeita de crime ou de improbidade administrativa, cientificará os Ministérios Público Federal e Estadual, bem como a Advocacia-Geral da União.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA FISCALIZAÇÃO

Incumbe ao CONVENENTE exercer a atribuição de fiscalização, a qual consiste na atividade administrativa, prevista nas legislações específicas de licitação e contratos, que deve ser realizada de modo sistemático pelo CONVENENTE e seus prepostos, com a finalidade de verificar o cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas em todos os seus aspectos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

O CONVENENTE deverá prestar contas da boa e regular aplicação dos recursos, por meio do seu representante legal em exercício, nos prazos estabelecidos por este Convênio.

Subcláusula primeira. Compete ao representante legal da entidade privada sem fins lucrativos, prefeito e ao governador sucessor prestar contas dos recursos provenientes deste Convênio celebrado por seus antecessores.

Subcláusula segunda. Na impossibilidade de atender ao disposto na Subcláusula primeira, deverá ser apresentada, ao CONCEDENTE, justificativa que demonstre o impedimento de prestar contas e as medidas adotadas para o resguardo do patrimônio público.

Subcláusula terceira. Quando a impossibilidade de prestar contas decorrer de ação ou omissão do antecessor, o novo prefeito ou governador comunicará o CONCEDENTE e solicitará instauração de TCE, prestando todas as informações e documentos necessários.

Subcláusula quarta. Os documentos que contenham as justificativas e medidas adotadas serão inseridos no *Transferegov.br*.

Subcláusula quinta. Nos casos de que tratam as Subcláusulas segunda, terceira e quarta, o CONCEDENTE, ao ser comunicado das medidas adotadas e após avaliação, suspenderá de imediato o registro da inadimplência efetuado em decorrência da omissão de prestar contas.

Subcláusula sexta. A prestação de contas deverá ser registrada pelo CONCEDENTE n o *Transferegov.br*, iniciando-se concomitantemente com a liberação da primeira parcela dos recursos financeiros do Convênio.

Subcláusula sétima. A prestação de contas final deverá ser apresentada pelo CONVENENTE no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados:

I - do encerramento da vigência ou da conclusão da execução do objeto, o que ocorrer primeiro;

II - da denúncia; ou

III - da rescisão.

Subcláusula oitava. Quando o CONVENENTE não enviar a prestação de contas no prazo de que trata a Subcláusula sétima, o CONCEDENTE o notificará, estabelecendo prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias para sua apresentação.

Subcláusula nona. Nos casos de descumprimento do prazo de que trata a Subcláusula oitava, o CONCEDENTE deverá:

I - registrar a inadimplência do CONVENENTE no *Transferegov.br*, por omissão no dever de prestar contas dos recursos recebidos; e

II - comunicar o CONVENENTE para que, no prazo improrrogável de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da notificação, proceda a devolução dos recursos repassados pela União, incluídos os provenientes de aplicações financeiras, corrigidos na forma da Subcláusula nona da Cláusula décima segunda.

Subcláusula décima. Quando não houver a devolução dos recursos no prazo de que trata o inciso II da Subcláusula nona, o CONCEDENTE adotará as providências para resgate dos saldos remanescentes, observado o disposto na Subcláusula segunda da Cláusula Décima Quinta, e para a imediata instauração da TCE.

Subcláusula décima primeira. A prestação de contas final tem por objetivo a demonstração e a verificação de resultados e deve conter elementos que permitam avaliar a execução do objeto, sendo compostos por:

I - documentos inseridos e informações registradas no *Transferegov.br*;

II - Relatório de Cumprimento do Objeto;

III - declaração de realização dos objetivos a que se propunha o instrumento;

IV - recolhimento dos saldos remanescentes, quando houver;

V - apresentação da licença ambiental de operação, ou sua solicitação ao órgão ambiental competente, quando necessário; e

VI - - termo de compromisso por meio do qual o CONVENENTE será obrigado a manter os documentos relacionados ao instrumento, nos termos da alínea "mm" do inciso II da Cláusula Quarta

Subcláusula décima segunda. O Relatório de Cumprimento do Objeto deverá conter os subsídios necessários para a avaliação e manifestação do CONCEDENTE quanto à execução do objeto pactuado.

Subcláusula décima terceira. Em até 15 (quinze) dias, contados do envio da prestação de contas pelo CONVENENTE, o CONCEDENTE deverá registrar o recebimento da prestação de contas no Transferegov.br, para fins de sensibilização nas contas contábeis do instrumento.

Subcláusula décima quarta. O prazo para análise da prestação de contas final e manifestação conclusiva pelo CONCEDENTE será de:

I - 60 (sessenta) dias, nos casos de procedimento informatizado, prorrogável no máximo por igual período, desde que devidamente justificado; ou

II - 180 (cento e oitenta) dias, nos casos de análise convencional, prorrogável no máximo por igual período, desde que devidamente justificado.

Subcláusula décima quinta. A contagem do prazo de que trata o inciso I da Subcláusula décima quarta terá início a partir da data de atribuição da nota de risco ao instrumento no *Transferegov.br*.

Subcláusula décima sexta. A contagem do prazo de que trata o inciso II da Subcláusula décima quarta dar-se-á a partir do envio da prestação de contas no

Transferegov.br, e será suspensa quando houver a solicitação de complementação, sendo retomada quando do envio dos documentos ou informações complementares.

Subcláusula décima sétima. Constatadas impropriedades ou indícios de irregularidade, o CONCEDENTE estabelecerá o prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias para que o CONVENENTE saneie as impropriedades ou apresente justificativas.

Subcláusula décima oitava. O CONCEDENTE notificará o CONVENENTE caso as impropriedades ou indícios de irregularidade não sejam sanadas ou não sejam aceitas as justificativas apresentadas.

Subcláusula décima nona. A notificação prévia, prevista na Subcláusula décima oitava, será realizada por meio de correspondência com aviso de recebimento - AR, com cópia à respectiva Secretaria da Fazenda ou secretaria similar, devendo ser incluída no Transferegov.br.

Subcláusula vigésima. Findo o prazo de que trata a Subcláusula Décima Quarta, considerada eventual prorrogação, a ausência de decisão sobre a prestação de contas pelo CONCEDENTE poderá resultar no registro de restrição contábil do órgão ou entidade pública referente ao exercício em que ocorreu o fato.

Subcláusula vigésima primeira. O registro da inadimplência no Transferegov.br só será efetivado após a concessão do prazo da notificação prévia, caso o CONVENENTE não comprove o saneamento das irregularidades apontadas.

Subcláusula vigésima segunda. Caberá ao CONCEDENTE notificar os titulares do INTEVENIENTE e da UNIDADE EXECUTORA de todas as decisões proferidas no contexto da análise e do julgamento da prestação de contas, facultando sua manifestação na mesma forma e condições concedidas ao CONVENENTE.

Subcláusula vigésima terceira. A análise da prestação de contas final poderá ser realizada por:

I - procedimento informatizado, baseado na utilização de trilhas de auditoria e no cotejo entre a nota de risco dos instrumentos, apurada a partir de um modelo preditivo supervisionado, e o limite de tolerância ao risco da faixa de valor; ou

II - análise convencional, realizada de forma detalhada, sem a utilização do procedimento informatizado.

Subcláusula vigésima quarta. A análise convencional da prestação de contas final darse-á por meio da avaliação:

I - das informações e documentos de que trata a Subcláusula décima primeira;

II - da nota de risco do instrumento; e

III - quando houver, de relatórios, trilhas de auditorias, boletins de verificação ou outros documentos produzidos pelo CONCEDENTE, Ministério Público ou pelos órgãos de controle interno e externo, durante as atividades regulares de suas funções.

Subcláusula vigésima quinta. O resultado da análise convencional da prestação de contas final será consubstanciado em parecer técnico conclusivo.

Subcláusula vigésima sexta. O parecer técnico conclusivo deverá sugerir a aprovação, aprovação com ressalvas ou rejeição da prestação de contas e embasará a decisão da autoridade competente.

Subcláusula vigésima sétima. A análise convencional da prestação de contas final pelo CONCEDENTE poderá resultar em:

I - aprovação;

II - aprovação com ressalvas, quando evidenciada impropriedade ou outra falta de

natureza formal da qual não resulte dano ao erário; ou

III - rejeição.

Subcláusula vigésima oitava. A decisão sobre a aprovação, aprovação com ressalvas ou rejeição da prestação de contas final compete:

I - ao CONCEDENTE; e

II - à autoridade competente para assinatura do instrumento, permitida delegação nos termos do § 2º do art. 38 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023.

Subcláusula vigésima nona. Nos casos de extinção do órgão ou entidade CONCEDENTE, o órgão ou entidade sucessor será o responsável pela decisão sobre a regularidade da aplicação dos recursos transferidos.

Subcláusula trigésima. A rejeição da prestação de contas final dar-se-á em decorrência da não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados pela União, especialmente nos casos de:

a) inexecução total ou parcial do objeto pactuado;

b) desvio de finalidade na aplicação dos recursos transferidos;

c) impugnação de despesas, se realizadas em desacordo com as disposições constantes deste Convênio ou da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023;

d) ausência de depósito da contrapartida;

e) não utilização, total ou parcial, da contrapartida pactuada, na hipótese de não haver recolhimento proporcional aos aportes realizados;

f) movimentação e gestão dos recursos em desacordo com o disposto nas arts. 75 e 76 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023;

g) não devolução de eventuais saldos remanescentes, observada a proporcionalidade; e

h) ausência de documentos exigidos na prestação de contas que comprometa o julgamento do cumprimento do objeto pactuado e da boa e regular aplicação dos recursos.

Subcláusula trigésima primeira. A decisão sobre a aprovação, aprovação com ressalvas ou rejeição da prestação de contas do instrumento deverá ser registrada no Transferegov.br, cabendo ao CONCEDENTE prestar declaração expressa acerca do cumprimento do objeto e de que os recursos transferidos tiveram boa e regular aplicação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA RESTITUIÇÃO DE RECURSOS

Os saldos remanescentes, incluídos os provenientes dos rendimentos de aplicações financeiras, serão restituídos à União e ao CONVENENTE, observada a proporcionalidade dos recursos aportados pelas partes, independentemente da época em que foram depositados.

Subcláusula primeira. Caberá ao CONVENENTE, no prazo improrrogável de até 30 (trinta) dias, contados da denúncia, da rescisão, da conclusão da execução do objeto ou do término da vigência, o que ocorrer primeiro:

I - devolver os saldos remanescentes proporcionais aos repasses da União, para a CONTA ÚNICA DO TESOURO NACIONAL, no Banco do Brasil S.A, *por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU, disponível no site* www.tesouro.fazenda.gov.br, *portal SIAFI, Unidade Gestora (UG)* **130141** *e Gestão 00001 (Tesouro)*; e

II - transferir os saldos remanescentes proporcionais à contrapartida aportada, para

uma conta de livre movimentação de sua titularidade.

Subcláusula segunda. Nos casos de descumprimento do disposto na Subcláusula primeira, o CONCEDENTE solicitará, à instituição financeira albergante da conta específica do instrumento, a imediata devolução dos saldos para a Conta Única do Tesouro Nacional, na forma indicada no inciso I da Subcláusula primeira.

Subcláusula terceira. Caso não tenha havido qualquer execução física ou financeira, deverão ser recolhidos à Conta Única do Tesouro Nacional, na forma indicada no inciso I da Subcláusula primeira, os recursos recebidos e os respectivos rendimentos de aplicação financeira, sem a incidência de atualização e juros de mora.

Subcláusula quarta. Quando houver a rejeição total ou parcial da prestação de contas final pelos motivos relacionados na Subcláusula trigésima da Cláusula Décima Quinta, o CONCEDENTE deverá notificar o CONVENENTE para que, no prazo improrrogável de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da notificação, proceda à devolução dos recursos correspondentes ao valor rejeitado, devidamente corrigidos.

Subcláusula quinta. A não devolução dos recursos de que trata a Subcláusula quarta ensejará o registro de impugnação das contas do Convênio no *Transferegov.br* e instauração da TCE.

Subcláusula sexta. O CONCEDENTE efetuará o registro do CONVENENTE, em cadastros de inadimplência, nas seguintes hipóteses:

I - após o julgamento da tomada de contas especial ou de procedimento análogo pelo Tribunal de Contas da União, nas hipóteses de rejeição total ou parcial da prestação de contas; ou

II - após a notificação do CONVENENTE e o decurso do prazo previsto na Subcláusula oitava da Cláusula Décima Quinta, nas hipóteses de omissão na apresentação da prestação de contas, independentemente de instauração ou de julgamento da tomada de contas especial.

Subcláusula sétima. Após a rejeição total ou parcial das contas, o saldo referente à rejeição constará como impugnado e o CONVENENTE será cadastrado como inadimplente somente após o julgamento de que trata o inciso I da Subcláusula sexta.

Subcláusula oitava. Na hipótese de aplicação de ato normativo do Tribunal de Contas da União que autoriza a dispensa da Tomada de Contas Especial, a autoridade administrativa adotará medidas administrativas ao seu alcance, como o registro da inadimplência do CONVENENTE no *Transferegov.br* e a inclusão nos cadastros de inadimplência, sem prejuízo de requerer ao órgão jurídico pertinente as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis, com vistas à obtenção do ressarcimento do débito apurado, inclusive o protesto, se for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS BENS REMANESCENTES

Os bens remanescentes adquiridos ou produzidos no âmbito deste Convênio serão de propriedade do CONVENENTE.

Subcláusula primeira. Consideram-se bens remanescentes os equipamentos e materiais permanentes adquiridos com recursos dos instrumentos necessários à consecução do objeto, mas que não se incorporam a este.

Subcláusula segunda. O CONVENENTE deverá contabilizar e proceder à guarda dos bens remanescentes, bem como encaminhar manifestação ao CONCEDENTE com o compromisso de utilizá-los para assegurar a continuidade do programa

governamental, devendo estarem claras as regras e diretrizes de utilização desses bens.

Subcláusula terceira. A critério do CONCEDENTE, a entrega dos bens adquiridos com os recursos do convênio ao CONVENENTE dependerá da lavratura de termo de registro de entrega a ser firmado entre os representantes do CONCEDENTE e do CONVENENTE, observadas as restrições da legislação eleitoral e o princípio da impessoalidade.

Subcláusula quarta. Se algum Estado ou o Distrito figurar como CONVENENTE, a trasnsferência ou disponibilização dos bens adquiridos com recursos deste Convênio aos Municípios dependerá de previsão no Plano de Trabalho aprovado, o qual discriminará os bens para cada Município beneficiado para uso no respectivo território, sendo que: a alteração do beneficiado carecerá de prévia aprovação do CONCEDENTE e de ajuste feito no Plano de Trabalho nesse sentido; e por ocasião da tradição do bem, será lavrado um termo de cessão assinado pelos representantes legais do Cedente e Cessionário.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA DENÚNCIA, RESCISÃO E EXTINÇÃO

O presente Convênio poderá ser:

I - **denunciado** a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, vedada qualquer cláusula obrigatória de permanência ou sancionadora dos denunciantes;

II - **rescindido**, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

a) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;

b) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e

c) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial, desde que infrutíferas as medidas administrativas internas e observado o disposto na Subcláusula quarta;

III - **extinto**, quando não tiver ocorrido repasse de recursos e houver descumprimento das condições suspensivas, nos prazos estabelecidos no instrumento.

Subcláusula primeira. O CONDEDENTE registrará no *Transferegov.br* e publicará no Diário Oficial da União a denúncia, rescisão ou extinção.

Subcláusula segunda. Quando da denúncia ou rescisão do instrumento, o CONVENENTE deverá:

I - devolver os saldos remanescentes, inclusive aqueles oriundos de rendimentos de aplicações financeiras, em até 30 (trinta) dias; e

II - apresentar a prestação de contas final em até 60 (sessenta) dias.

Subcláusula terceira. No prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do registro da denúncia ou rescisão do instrumento no *Transferegov.br*, o CONCEDENTE providenciará o cancelamento dos saldos de empenho, independente do indicador de resultado primário.

Subcláusula quarta. A rescisão decorrente do cometimento de fato que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial, prevista no caput desta Cláusula, inciso II, alínea "c", deverá ocorrer depois da adoção das medidas administrativas internas

para elidir o dano, observados os princípios norteadores dos processos administrativos consubstanciados no art. 2º da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, bem como o disposto na Portaria CGU nº 1.531, de 2021, e na Instrução Normativa TCU nº 71, de 28 de novembro de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA PUBLICIDADE

A eficácia do presente Convênio fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial da União, a qual deverá ser providenciada pelo CONCEDENTE no prazo de até 10 (dez) dias a contar da respectiva assinatura.

Subcláusula primeira. Será dada publicidade em sítio eletrônico específico denominado *Transferegov.br* aos atos de celebração, alteração, liberação de recursos, acompanhamento e fiscalização da execução e a prestação de contas do presente instrumento.

Subcláusula segunda. A notificação da celebração do instrumento à Assembleia Legislativa ou à Câmara Legislativa ou à Câmara Municipal do CONVENENTE, conforme o caso, será realizada eletronicamente por meio do sistema Transferegov.br, e da mesma forma será a notificação da liberação dos recursos.

Subcláusula terceira. O CONVENENTE obriga-se a:

I - caso seja município ou o Distrito Federal, a notificar os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede no município, quando da liberação de recursos relativos ao presente Convênio, no prazo de até dois dias úteis, nos termos do art. 2º da Lei nº 9.452, de 1997, facultada a notificação por meio eletrônico;

II - cientificar da celebração deste Convênio o conselho local ou instância de controle social da área vinculada ao programa de governo que originou a transferência de recursos, quando houver; e

III - disponibilizar, em seu sítio eletrônico na internet ou, na sua falta, em sua sede, em local de fácil visibilidade, consulta ao extrato deste Convênio, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade, os valores e as datas de liberação e detalhamento na aplicação dos recursos, bem como as contratações realizadas para a execução do objeto pactuado, ou inserir *link* em sua página eletrônica oficial que possibilite acesso direto ao *Transferegov.br*.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

Acordam os partícipes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:

I - todas as comunicações relativas a este Convênio serão consideradas como regularmente efetuadas quando realizadas por intermédio do *Transferegov.br*, exceto quando a legislação regente tiver estabelecido forma especial;

II - as reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste Convênio, serão aceitas somente se registradas em ata ou relatórios circunstanciados; e

III - as exigências que não puderem ser cumpridas por meio do *Transferegov.br* deverão ser supridas através da regular instrução processual, sem prejuízo do posterior registro do ato no mesmo sistema *Transferegov.br*.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DA CONCILIAÇÃO E DO FORO

Os partícipes comprometem-se a submeter eventuais controvérsias, decorrentes do

presente ajuste, à tentativa de conciliação e mediação administrativa perante a Câmara de Mediação e de Conciliação da Administração Pública Federal, da Advocacia-Geral da União, nos termos do art. 37 da Lei nº 13.140, de 2015, do art. 11 da Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001, e do art. 41, inciso III, alínea "b" do Anexo I ao Decreto nº 11.328, de 1º de janeiro de 2023.

Subcláusula única. Não logrando êxito a conciliação, será competente para dirimir as questões decorrentes deste Convênio, o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, por força do inciso I do art. 109 da Constituição Federal e do art. 63, § 1º, da Lei nº 13.105, de 2015.

E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, assinam eletronicamente por meio de seus representantes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Pelo CONCEDENTE:

FERNANDO MAGALHÃES SOARES PINTO
Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração - SPOA

Pelo CONVENENTE:

GELSON COELHO DO ROSÁRIO
Prefeito do Município de São Jorge D'oeste/PR

Documento assinado eletronicamente por **Gelson Coelho do Rosario**, **Usuário Externo**, em 05/12/2025, às 09:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º,§ 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **FERNANDO MAGALHAES SOARES PINTO**, **Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração**, em 05/12/2025, às 17:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º,§ 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site: https://sei.agro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 , informando o código verificador **48723333** e o código CRC **38FD50E4**.